



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 10ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 21 DE JUNHO DE 2022

ATA Nº. 12 / 2022

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.1.1. ATA DA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZASSETE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS - ATA NÚMERO NOVE, DE DOIS MIL E VINTE E DOIS
 - 3.1.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.1.2. ATA DA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A VINTE E QUATRO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS - ATA NÚMERO DEZ, DE DOIS MIL E VINTE E DOIS
 - 3.1.2.1. VOTAÇÃO
 - 3.2. MOÇÃO DE SAUDAÇÃO ÀS COLETIVIDADES E INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
 - 3.2.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.2. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
 - 3.2.3. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
 - 3.2.4. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
 - 3.2.5. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.2.6. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)

- 3.2.7. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.2.8. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
- 3.2.9. MOÇÃO DE SAUDAÇÃO ÀS COLETIVIDADES E INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS – VERSÃO FINAL
 - 3.2.9.1. VOTAÇÃO
- 3.2.10. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.3. RECOMENDAÇÃO - PELA REDUÇÃO DO USO DE ÁGUA ENGARRAFADA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN
 - 3.3.1. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
 - 3.3.2. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO)
 - 3.3.3. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
 - 3.3.4. SRª. DEPUTADA ISABEL LOURENÇO (IN-OV)
 - 3.3.5. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.3.6. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
 - 3.3.7. VOTAÇÃO
 - 3.3.7.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.3.8. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.5. SR. DEPUTADO MIGUEL BUGALHO (PSD)
- 3.6. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.7. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.8. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (IN-OV)
- 3.9. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.10. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DEFESA DA HONRA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.11. SR^a. DEPUTADA CARLA SANTOS (CH) - DEFESA DA HONRA
- 3.12. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.13. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.14. SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO, RUI MILLER (IN-OV)
- 3.15. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.16. SR^a. DEPUTADA MADALENA CASTRO (PRESIDENTE DA U.F. OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS)
- 3.17. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.18. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.19. SR. PRESIDENTE DA C.M.O.
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. Nº. 455/2022 – GAP – RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL – MEDALHA DE HONRA
 - 4.1.1. VOTAÇÃO
 - 4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. Nº. 480/2022 – DPU – RELATIVA AO REQ.º 4689/2021 APENSO AO PROC. N.º 5/2021 – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO SITO EM LINDA-A-VELHA
 - 4.2.1. VOTAÇÃO
 - 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. Nº. 496/2022 – DCS – RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DAS UNIÕES DE FREGUESIAS/JUNTAS DE FREGUESIAS PARA APOIO ALIMENTAR
 - 4.3.1. VOTAÇÃO
 - 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. Nº. 498/2022 – DCS – RELATIVA AOS ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

ÀS JUNTAS DAS UNIÕES DE FREGUESIA E FREGUESIAS PARA FUNCIONAMENTO
DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA – 4.º TRIMESTRE DE 2021

- 4.4.1. VOTAÇÃO
- 4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. Nº. 513/2022 – DRU – RELATIVA
À AUGI DE LECEIA, FASE 5 – REDUÇÃO DE TAXAS DE URBANIZAÇÃO E ISENÇÃO
DE CUSTOS DE INFRAESTRUTURAS
 - 4.5.1. VOTAÇÃO
- 4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. Nº. 515/2022 – GAF – RELATIVA
À ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS JUNTAS DE FREGUESIA
DAS UNIÕES DE FREGUESIAS/JUNTAS DE FREGUESIAS PARA DESPESAS
INERENTES ÀS FESTAS DE 2022
 - 4.6.1. VOTAÇÃO
- 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- 6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS
VOTAÇÃO: Unanidade
em 25-07-2022

GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	15		
PS	3		
PSD	1		
ED	3		
CDU	2		
IL	-		
CH	1		
PAN	1		
INOVAR ALGÉS	1		
INOVAR BARCARENA	-		
INOVAR CARNAXIDE QUEIJAS	-		
INOVAR OEIRAS RAPO DE ARGO-CAXIAS	-		
INOVAR PORTO SALVO	1		

S=A FAVOR, N=CONTRA, A=ABSTENÇÃO

-----ATA DA 10ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----
-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 21 DE JUNHO DE 2022-----
-----ATA Nº. 12 / 2022-----

----- Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Maria de Fátima

da Silva Fernandes Brito Filipe, Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo, Jorge Manuel
Madeiras Silva Pracana, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Vítor Eduardo Coutinho
Pires Marques, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás
Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael
Marques Santos, João Bruno Canelas Cascão, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires
Carvalho Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira
Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira,
Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal. -

-----Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Maria de Fátima dos
Santos Rodrigues, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos
Santos e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, Sónia Maria Antas de
Barros Amado Gonçalves, do Partido Social Democrata, Mariana de Lemos Quintão Correia
Leitão, do Partido Iniciativa Liberal e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, pediram a
sua substituição para esta reunião, tendo sido substituídos pelos Senhores Isabel Cristina
Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político
Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta
Sofia da Encarnação Inácio Carolo, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires
Marques, do Partido Social Democrata, João Bruno Canelas Cascão, do Partido Iniciativa
Liberal e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso
Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e
os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa
Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo
Ribeiro de Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

----- Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 455/2022 – GAP – relativa à Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal – Medalha de Honra; -----
2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 480/2022 – DPU – relativa ao Req.º 4689/2021 apenso ao Proc. N.º 5/2021 – Licenciamento de Operação de Loteamento sito em Linda-a-Velha; -----
3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 496/2022 – DCS – relativa à atribuição de participações financeiras às Juntas de Freguesia das Uniões de Freguesias/Juntas de Freguesias para apoio alimentar; -----
4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 498/2022 – DCS – relativa aos acertos relativos ao processo de participação financeira às Juntas das Uniões de Freguesia e Freguesias para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 4.º trimestre de 2021; -----
5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 513/2022 – DRU – relativa à AUGI de Leceia, fase 5 – redução de taxas de urbanização e isenção de custos de infraestruturas; -----
6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 515/2022 – GAF – relativa à atribuição de participação financeira às Juntas de Freguesia das Uniões de Freguesias/Juntas de Freguesias para despesas inerentes às Festas de 2022. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. APROVAÇÃO DE ATAS -----

3.1.1. Ata da Sétima Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada

a dezassete de maio de dois mil e vinte e dois - Ata número nove, de dois mil e vinte e dois-

3.1.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta ata, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com vinte e três votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Rui Pedro Alves do Nascimento), dois do Partido Social Democrata (Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados José Maria Godinho Montezo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos e Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, João Bruno Canelas Cascão, do Partido Iniciativa Liberal e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega, não votaram esta ata, uma vez que não estiveram presentes



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita e Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação.-----

3.1.2. Ata da Oitava Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e dois - Ata número dez, de dois mil e vinte e dois-----

3.1.2.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta ata, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), dois do Partido

Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-- -----

-----Os Senhores Deputados Rui Pedro Alves do Nascimento e Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, do Partido Socialista, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, João Bruno Canelas Cascão, do Partido Iniciativa Liberal e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega, não votaram esta ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

-----Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita e Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, João Manuel d'Oliveira Antunes, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam presentes na altura da votação.-----

3.2. MOÇÃO DE SAUDAÇÃO ÀS COLETIVIDADES E INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Moção de Saudação mencionada em título,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que a seguir se transcreve: -----

-----“A manutenção da condição física, reconhecidamente indispensável para o desenvolvimento da saúde e bem-estar das populações, através da prática desportiva e do exercício físico, desempenha um papel essencial na vida de todos nós. -----

----- As coletividades e instituições desportivas do concelho de Oeiras são uma das faces mais visíveis na promoção do exercício físico e da prática desportiva do concelho, aliando o desporto a práticas de vida saudáveis, mobilizadoras e com boas ações formativas. -----

----- Estas coletividades ganham relevância após o período mais duro do combate à pandemia que sobre nós se abateu. -----

----- Através deste tecido associativo, Oeiras tem ao seu dispor um conjunto de atividades bastante ecléticas que vão desde o futebol, andebol, natação, artes marciais, e-gaming, entre outras, que permitem a realização de variadas atividades desportivas quer de índole individual quer de índole coletiva, criando hábitos saudáveis, desenvolvendo capacidades motoras e psíquicas, e envolvendo um conjunto muito significativo de pessoas. ----

----- Aos benefícios retirados da prática desportiva associa-se o sucesso dos objetivos traçados, como foi o caso recente da União Desportiva e Recreativa de Algés que ganhou o título de campeã distrital de juniores da segunda divisão, depois de terem garantido a subida de divisão.-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida a vinte e um de junho de dois mil e vinte e dois e por proposta do Partido Socialista, delibera: -----

-----Um. Saudar todas as associações, coletividades e instituições desportivas pelo

trabalho realizado neste ano desportivo que agora termina e deseja a continuação de um bom trabalho e sucesso para a época vindoura. -----

-----Dois. Que esta saudação seja publicitada nos canais da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e pelo menos num órgão de comunicação social de expressão nacional. -----

-----Três. Que esta saudação seja remetida a todas as coletividades e associações desportivas com sede no concelho (envio por via eletrónica).”-----

3.2.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação a admissão desta Moção, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (João Bruno Canelas Cascão), um do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com um voto contra do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos).-----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 86/2022**-----

----- **ADMISSÃO DA MOÇÃO DE SAUDAÇÃO ÀS COLETIVIDADES E INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto

Salvo e com um voto contra do Partido Chega, admiti-lo a discussão.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

3.2.2. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Depois de ter lido atentamente esta moção, que nos chegou praticamente em cima da hora e quase que não dá tempo para ler nem estudar coisa nenhuma, verifiquei que ela está incompleta. Porquê? Senão vejamos:-----

-----Falam aqui apenas de um exemplo, que é o da União Desportiva e Recreativa de Oeiras, que ganhou o título de campeã distrital de juniores de segunda divisão. Ok. Parabéns, tudo certo.------

-----Mas que tal também falarmos do CVO (Clube de Voleibol de Oeiras) e dos seus campeões nacionais, veteranos mais de quarenta e cinco, que foram esta semana? Também deviam acrescentar isto. E que tal falarmos do triatlo de Oeiras dois mil e vinte e dois, da Rafaela Silva, campeã nacional de juniores? Também esta semana. E que tal também falarmos do Clube Olímpico de Oeiras, sobre os atletas Pedro Gaspar e Helena Coelho, que foram campeões nacionais de triatlo, na distância de sprint? E vários outros campeões nacionais como algumas equipas, que já foram de Linda-a-Velha e de Linda-a-Pastora? Ou seja: no último trimestre do ano, a CMO e o seu gabinete pede sempre a todos os clubes que indiquem os seus campeões nacionais e internacionais, para depois também serem homenageados na Gala do Desporto anualmente.-----

-----Julgo que esta proposta devia ser muito mais elaborada e devia ser com todos os grupos desportivos, mas devia ser uma proposta da Assembleia Municipal de Oeiras e não uma proposta do Partido Socialista a todos os clubes. Quer dizer que só o Partido Socialista é que está interessado nisto... Não, esta proposta tem que ser uma proposta com “cabeça, tronco e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

membros”, mas de todos os deputados da Assembleia Municipal.” -----

3.2.3. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) observou o seguinte: -----

----- “Obviamente que nós não podemos estar de fora na saudação que aqui é feita às coletividades e às instituições do Concelho, pelo desempenho que têm tido ao longo dos anos e, em concreto, por algo que tenha acontecido já há bem pouco tempo. -----

----- Seja como for, parece-me justo tentar entender que as instituições e as coletividades deste Concelho não existiriam hoje - pelo menos da forma pujante como estão – sem a colaboração e todo aquele apoio que tem vindo a ser dado pela Câmara Municipal. -----

----- Esta moção, com o texto que ela tem, dá um realce (que é um realce justo) ao papel das coletividades, mas não realça aquilo que, do nosso ponto de vista, é condição ou tem sido condição para a sobrevivência e para o aumento da qualidade da prestação de tantos e tantos jovens e tantas e tantas pessoas, que desenvolvem a sua atividade física aqui. -----

----- Concordamos com a moção, mas não sem antes referir que nos parece que não é justo não referir ou não fazer uma referência, por tímida que seja (ela não consta aqui nem de forma tímida), ao papel que a Câmara Municipal tem tido em todo este processo. -----

----- Muito obrigado.” -----

3.2.4. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Naturalmente que esta moção merece o nosso inteiro apoio e, desde já, damos os parabéns ao PS pela sua iniciativa, mas parece-me realmente aqui que a referência explícita a uma única associação é uma forma de discriminação de todas as demais que têm tido êxito

neste Concelho, conforme já anteriormente foi referido. -----

-----Para mim, é a única pecha que esta moção apresenta e convidava, se assim fosse entendido, que o proponente retirasse, para não ter que identificar todas as associações e atletas que porventura tiveram (felizmente são muitos) êxitos desportivos, a referência explícita à União Desportiva e Recreativa de Algés, sem prejuízo, naturalmente, de reconhecermos a importância da mesma, do seu trabalho e o mérito das vitórias. -----

-----Portanto, a nossa sugestão é que, de alguma forma, este parágrafo terminasse em “objetivos traçados” e o resto seria eliminado ou então, em alternativa, identificar todas as associações que justificaram já, neste último ano, títulos e que muito engrandecem este Concelho de Oeiras. -----

-----Muito obrigado.” -----

3.2.5. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio e disse o seguinte: -

-----“Sim, Senhora Presidente. Muito obrigada. -----

-----Pedi a palavra para solicitar duas alterações.-----

-----Uma primeira, a introdução de um quinto parágrafo, que poderá ser qualquer coisa do tipo: “Todo este trabalho foi, é e acreditamos que continuará a ser, apoiado de forma inegável pela Câmara Municipal de Oeiras à qual nos associamos” e no sexto parágrafo... Um, dois, três, quatro, este é o quinto. Portanto agora o sexto, o quinto passa a sexto: “Aos benefícios retirados da prática desportiva, associa-se o sucesso dos objetivos traçados com todas as associações desportivas que alcançam títulos a nível nacional ou municipal”. “Nacional, distrital, municipal”.-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Com todas as associações desportivas...”-----

-----A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) perguntou o seguinte:--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Foram claras as alterações? -----

----- É isso, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “Desculpe... Com todas as associações desportivas? Eu deixava mesmo assim...-----

----- Qua alcançam títulos? -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** esclareceu o seguinte: -

----- “Que alcançam títulos a nível nacional, distrital e regional”. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Eu deixava ficar...” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte:-----

----- “Todos os títulos”. Ponto.-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Todas as associações desportivas”, porque alcancem ou não títulos, a verdade é que desenvolvem um trabalho.”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte:---

----- “Certo, mas nós aqui estamos a almejar o facto de algumas associações conseguirem ir mais longe e de conseguirem associar ao seu trabalho, também, o facto de ganharem títulos, porque são coisas diferentes. Uma coisa é o trabalho diário, outra coisa é o almejar esse objetivo.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Todas as associações desportivas que alcancem títulos desportivos”.-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte:---

-----“Basta dizer assim e ficam incluídos todos os títulos desportivos. -----

-----Sem especificar e assim fica tudo dentro.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“E a outra alteração? Peço desculpa...” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** esclareceu o seguinte: -

-----“A outra alteração é o quinto parágrafo.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“No quinto parágrafo acrescentar...” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** esclareceu o seguinte: -

-----“Novo quinto parágrafo.-----

-----“Todo este trabalho foi, é, e acreditamos que continuará a ser apoiado de forma inegável pela Câmara Municipal de Oeiras, à qual nos associamos”. -----

-----Senhora Presidente, já agora dizer que o envio da moção foi no tempo previsto pelo Regimento e, portanto, não é aceitável que um deputado desta Assembleia Municipal ponha em causa quando há um Regimento que é aprovado por todos e que diz que podem ser enviadas até meia hora antes da Assembleia Municipal começar, aliás até foi um bocadinho antes dessa meia hora estipulada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** esclareceu o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, devo esclarecer, a culpa poderá até ser minha, da situação e das circunstâncias que nós estamos vivendo com o problema da Covid. Temos o grupo de apoio à Assembleia Municipal reduzido, eu própria também cheguei mais tarde, tive um problema da parte da manhã que me fez chegar um pouco mais tarde e talvez por isso foi distribuída toda a documentação... houve um atraso na sua distribuição.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Disso, realmente, peço-vos desculpa, mas acontece.” -----

3.2.6. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, só sugerir que em vez de “associações” fosse considerado o termo “entidades” uma vez que há outros grupos que são escolas, são entidades que fazem a promoção destas atividades e não são associações. Um dos exemplos é a Escola Gracie Barra, de Paço de Arcos, que tem títulos europeus e internacionais conquistados em jiu-jitsu muito recentemente, que não têm financiamento nenhum por parte da Câmara por, precisamente, não serem uma associação.-----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Bem, isso já faz parte da redação do documento -----

----- Portanto, pergunto à Senhora Deputada se quer fazer.... Fica como está.” -----

3.2.7. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Uma nota pessoal, em primeiro lugar, relativamente ao significado das recomendações e das moções. -----

----- Da minha parte, não vejo nenhum problema que uma moção ou uma recomendação seja subscrita por um único partido político. O que importa é a dimensão da votação. A partir do momento em que uma moção ou uma recomendação é votada, por exemplo, por unanimidade pela Assembleia Municipal, deixa de ser de quem a propõe e é da Assembleia Municipal. Não vale a pena, às vezes, estarmos aí com pruridos de que é o A ou o B. Naturalmente que, por vezes, para se obter algum consenso, pode haver vários partidos a

subscrever, mas isso é uma questão de metodologia. Desde que seja votada por unanimidade ou se não for por unanimidade, por maioria, ela vale por aqueles que a votaram. E por os que a rejeitaram também. -----

-----Relativamente à moção propriamente dita, quero dizer-vos que acho que é uma moção que, nas circunstâncias atuais, realmente é importante. Acho que podia ser muito enriquecida. Naturalmente que pode ser votada agora, não há problema nenhum, mas acho que fazia sentido que ela fosse ainda mais enriquecida. E porquê? Na verdade, é citada uma associação, etc., podiam ser citadas várias, mas quando fazemos a Gala do Desporto aí temos mais a dimensão (que é uma gala anual) dos bons resultados que as nossas coletividades desportivas obtêm. Nós temos títulos distritais, nacionais, internacionais, olímpicos e numa dimensão extraordinária. Aliás, ainda no domingo passado (e não se faz aqui nenhuma referência na moção, por exemplo) estive presente no aniversário do Sport Algés e Dafundo. No centésimo sétimo aniversário. -----

-----Aproveito até para dar aqui algum “lamiré”, que é para não haver a coscuvilhice habitual de alguns grupos, que gostam de viver na coscuvilhice. Fazia cento e sete anos, tive oportunidade de estar presente e, a esse propósito, procurei saber qual era o investimento que a Câmara Municipal tinha feito no Sport Algés e Dafundo nos últimos anos. Portanto, nos últimos vinte anos o investimento que o Município fez no Sport Algés e Dafundo foi de quatro milhões de euros e nos últimos trinta anos, foi de sete milhões. Façam as contas a quanto é que dá por ano. E o que acontece com o Sport Algés e Dafundo tem acontecido com muitos outros clubes, não com essa dimensão, mas, realmente, todos os clubes têm uma grande... julgo que “dependência” não é a palavra talvez mais acertada, mas é.... porque é uma obrigação da Câmara, uma obrigação do Município, sustentar, digamos alimentar a atividade dessas instituições, dessas associações, na medida da sua própria dimensão e do número de atletas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Até porque a atividade física e o desporto que é praticado aqui no Concelho, devo dizer-vos que temos indicadores muito acima da média dos municípios portugueses. O Sport Algés e Dafundo, por exemplo, é uma associação da dimensão ao nível do Concelho, está aqui no Concelho, mas tem dimensão nacional. É a terceira (ouviram bem) associação desportiva do país no número de atletas e prática desportiva. É realmente uma coisa notável. Paço de Arcos tem muitos atletas, a Associação Desportiva de Oeiras também, os Leões de Porto Salvo agora estão numa fase boa, mas, na realidade o Sport Algés e Dafundo tem uma performance extraordinária. Basta dizer que noventa por cento das instalações desportivas deste Concelho foram construídas pela própria Câmara Municipal, sob gestão dos respetivos clubes e das associações. Isto mostra bem o entrosamento que há entre os órgãos do Município e os clubes e que foi seguido ao longo de muitos anos. Lembro aqui pessoas como o Vereador Celorico Moreira que era da CDU, o Professor Noronha Feio que era do PRD, o Arnaldo Pereira ou o Doutor Constantino. O Doutor Constantino foi, realmente, a alma, durante muito tempo, de toda a atividade desportiva do Concelho. Foi chefe de divisão, foi diretor de departamento, foi diretor municipal e agora é Presidente do Comité Olímpico de Portugal. -----

----- Devo dizer-vos que tive oportunidade de referir na minha intervenção que o Sport Algés e Dafundo é tão forte, tão grandioso, que até tem aguentado, ao longo destes anos, direções absolutamente incapazes. É preciso ser um grande clube para aguentar a incapacidade e a incompetência (porque acontece). Para terem uma ideia, os clubes têm muita dificuldade em sobreviver. Por exemplo, nesta crise que estamos a viver atualmente, muita gente acho que ainda não se apercebeu, mas o Sport Algés e Dafundo, por exemplo, pagava há um mês e

pouco ou dois meses, quatro mil euros de energia por mês. Agora paga quatorze mil. Portanto estão a ver, três vezes mais. Isto é verdade. Não acreditei quando o Presidente do clube me disse que tinha passado de quatro para quatorze mil (ou doze mil) e eu fiquei: “Mas o que é isto?” Como a Câmara também tem piscinas, procurei saber, realmente, o aumento da energia e é isso mesmo. A piscina da Outurela também custava três mil e oitocentos por mês e agora está em doze mil. Isto no espaço de três ou quatro meses. Houve aqui um aumento exponencial e agora vejam bem como é que estes clubes vão sobreviver, sobretudo aqueles que têm este tipo de equipamentos. De maneira que estão todos a bater à porta da Câmara. Ainda ontem recebi uma carta, justamente do Sport Algés e Dafundo, a pedir quinhentos mil euros nos próximos dois anos. Duzentos e cinquenta mil por ano. -----

-----Mas aquilo que eu queria falar era sobre outra coisa. É o problema das novas instalações do Sport Algés e Dafundo, porque há aí alguns grupos, da Extrema Esquerda, sobretudo, do Bloco de Esquerda particularmente, que referem (sim, eu ponho sempre os nomes nas coisas), fazem justamente contrainformação e o que pretendem é que não se faça nada. Aliás, é interessante porque, por vezes, até querem aparentar alguma intelectualidade e filosofia e até vêm para aqui falar em “Cassandras”, esquecendo-se que... Primeiro, nem toda a gente sabe o que é uma “Cassandra”. Nem toda a gente sabe. O próprio português não tem obrigação de saber o que é uma “Cassandra”. Por outro lado, a “Cassandra” é uma figura mitológica. Nunca existiu. Não era preciso ir aos clássicos buscar a “Cassandra”, bastava ir buscar o “Velho do Restelo”, que é muito mais recente. O “Velho de Restelo” era a “Cassandra” portuguesa e, portanto, o “Velho do Restelo” também dizia “O que é que os portugueses vão fazer agora nas Descobertas? Mas o que é que eles querem?”. Era importante, no mínimo, quando há humildade, quando se fazem intervenções com humildade e que se podem estar a dizer coisas que as pessoas não percebem, dizer: “Bom, apetece-me citar aqui a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

história da Cassandra, figura mitológica que representava isto, etc., etc.” e assim está-se a ser pedagógico. Caso contrário, está-se a aparentar uma intelectualidade que não se tem ou seja: chama-se a isso “diletantismo”. Então, o Bloco de Esquerda ou o Evoluir que é a mesma coisa, vai dizer que as novas instalações para o Sport Algés e Dafundo é um negócio do Presidente da Câmara e do Sport Algés e Dafundo, porque se diz que vai sair do sítio onde estão, para mudarem para outro lado. O problema e eu tive oportunidade de dizer isso no meu discurso, é que daqui a vinte anos, se não houver alterações, o Sport Algés e Dafundo estará a comemorar cento e vinte e sete anos, mas será a comemorar a história e a memória passada, porque não vai comemorar com certeza o presente e o futuro. Na realidade, no Sport Algés e Dafundo (toda a gente sabe em que condições é que funciona), qualquer obra de manutenção é insustentável porque, de facto, se trata de um edifício muito antigo, com muitos problemas, é quase impossível criar ali as acessibilidades para deficientes, porque não é possível resolver esse problema e, portanto, digamos que está absolutamente obsoleto. De maneira que, para a sobrevivência do clube, é fundamental novas instalações. É certo e sabido que aquelas instalações, aquele terreno, o potencial construtivo que tem, de acordo com as avaliações anda na ordem dos oito ou nove milhões de euros e não é a Câmara que o vai comprar. Novas instalações para o clube com as dimensões, com as condições que são precisas custam vinte e cinco a trinta milhões de euros. Ora, para haver novas instalações para o Sport Algés e Dafundo só há uma solução (já que o Estado hoje não investe muito nesse tipo de atividades): é a Câmara Municipal investir. É a Câmara Municipal ceder o terreno. Portanto, não há negócio. Não pode haver negócio. Tem que haver, é da parte da Câmara Municipal a definição de

prioridade relativamente a novas instalações para o clube. Mas quem vai decidir isso são os sócios do clube e, portanto, é com toda a transparência. Não podemos andar aqui a mentir, de facto é mentira. E sobretudo a intoxicar as pessoas. De maneira que eu bem queria não falar no Bloco de Esquerda e no Evoluir, acreditem que adorava não falar no Bloco de Esquerda e no Evoluir, mas não há hipótese. Não há hipótese de o fazer por uma razão muito simples: porque eles deturpam tudo. Deturpam tudo o que eu digo aqui na Assembleia Municipal, na Câmara, é uma coisa extraordinária e, depois, tentam intoxicar a população. Isto que estou a dizer foi dito na Assembleia de Freguesia de Algés, por um membro do Bloco de Esquerda. -----
-----Isto significa que é fundamental que os cidadãos sejam devidamente esclarecidos. Que os sócios... eu não ria, eu chorava. Que os sócios do... (Eu, no seu lugar chorava, não ria, estou a falar para a sua nuca, estou). De maneira que nós temos que esclarecer as pessoas. Os sócios do clube têm que saber, realmente, qual é a situação, e depois os sócios decidirão. -----
-----Digo isto justamente a propósito desta moção e daquilo que ela significa. A pujança desportiva da atividade física neste Concelho é tão grande, que julgo que fazia sentido mais “miolo”, mais “sumo” nesta moção. No entanto, também não vejo inconveniente que esta moção seja aprovada, fazendo uma referência genérica a todas as instituições que, de alguma forma, desenvolvem atividade desportiva e física, muito particularmente àquelas com resultados traduzidos em campeões. Oportunamente, a própria Câmara Municipal pode facultar essa lista, acho que as instituições ficam satisfeitas (não tenho dúvidas) e, portanto, aqui, a lembrança do Partido Socialista em apresentar esta moção acho que é positiva porque, na verdade, até agora ninguém tinha apresentado. Temos que salientar, é essa, digamos assim, a virtualidade desta moção. É chamar a atenção para a quase que diria “obrigatoriedade” de estarmos atentos àquilo que são os resultados da atividade desportiva e física deste Concelho e louvar todos aqueles... Porque quando estamos a louvar estas instituições, estamos a falar nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dirigentes, estamos a falar nos atletas. Dirigentes desportivos que voluntariamente dão o seu tempo, dão a sua vida, prejudicam a família, etc., de uma forma voluntária, sem obterem qualquer benefício. No fundo, é isso que se está a louvar com esta moção. A Câmara terá muito gosto em fornecer uma listagem de todas as instituições (e acho que faz todo o sentido), de maneira que todas elas possam receber um documento da Assembleia Municipal, em que os Deputados Municipais se congratulam pelos resultados obtidos e naturalmente, que faz todo o sentido, como já foi aqui referido, uma referência à Câmara Municipal porque, na realidade, é indiscutível que a Câmara tem contribuído e contribui ativamente para que todas essas coletividades possam desempenhar devidamente, e esses dirigentes desportivos possam cumprir a sua missão com mais dignidade, com mais meios, com mais recursos porque, no fundo, estão ao serviço da saúde e do bem-estar dos nossos munícipes.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente.-----

----- É sobre a moção? Se não, íamos pôr à votação a moção. É sobre a moção?”-----

3.2.8. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- “Queria apenas saudar o Partido Socialista por trazer esta moção à qual nós nos associaremos, e queria lamentar que, no meu caso, me seja perguntado se a intervenção é sobre a moção, depois de termos ouvido uma intervenção que teve largos minutos a falar sobre coisas que não tinham absolutamente nada a ver com a moção. Nós vamos escolher ignorá-las porque

elas não são pertinentes, a intervenção teve conteúdos manifestamente intempestivos. Nós não vamos entrar nesse jogo. Sobre deturpações e sobre esse tipo de coisas vamos manter a postura que temos tido até aqui, numa resposta, Senhor Presidente, sempre calma, cordata e talvez possa perguntar ao Senhor Vice-Presidente quem é que trouxe a “Cassandra” para a Assembleia Municipal, porque talvez isso tenha sido um “bocadinho” (isso sim), deturpado na sua intervenção. -----

-----Mas aquilo que importa aqui é esta moção que o Partido Socialista apresentou, que é uma moção que nós consideramos pertinente, à qual nos associamos e que vamos votar a favor. Seria bom que a discussão estivesse centrada nisso. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

3.2.9. MOÇÃO DE SAUDAÇÃO ÀS COLETIVIDADES E INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS – VERSÃO FINAL -----

-----A manutenção da condição física, reconhecidamente indispensável para o desenvolvimento da saúde e bem-estar das populações, através da prática desportiva e do exercício físico, desempenha um papel essencial na vida de todos nós.-----

-----As coletividades e instituições desportivas do concelho de Oeiras são uma das faces mais visíveis na promoção do exercício físico e da prática desportiva do concelho, aliando o desporto a práticas de vida saudáveis, mobilizadoras e com boas ações formativas.-----

-----Estas coletividades ganham relevância após o período mais duro do combate à pandemia que sobre nós se abateu.-----

-----Através deste tecido associativo, Oeiras tem ao seu dispor um conjunto de atividades bastante ecléticas que vão desde o futebol, andebol, natação, artes marciais, e-gaming, entre outras, que permitem a realização de variadas atividades desportivas quer de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

índole individual quer de índole coletiva, criando hábitos saudáveis, desenvolvendo capacidades motoras e psíquicas, e envolvendo um conjunto muito significativo de pessoas. ----

----- Todo este trabalho foi, é e acreditamos que continuará a ser apoiado de forma inegável pela Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Aos benefícios retirados da prática desportiva associa-se o sucesso dos objetivos traçados, em todas as associações que tiveram sucesso desportivo. -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras, reunida a vinte e um de junho de dois mil e vinte e dois e por proposta do Partido Socialista, delibera: -----

----- Um. Saudar todas as associações, coletividades e instituições desportivas pelo trabalho realizado neste ano desportivo que agora termina e deseja a continuação de um bom trabalho e sucesso para a época vindoura. -----

----- Dois. Que esta saudação seja publicitada nos canais da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e pelo menos num órgão de comunicação social de expressão nacional. -----

----- Três. Que esta saudação seja remetida a todas as coletividades e associações desportivas com sede no concelho (envio por via eletrónica). -----

3.2.9.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta moção, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa

Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (João Bruno Canelas Cascão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com um voto contra do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos).-----

-----O Senhor Deputado Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 87/2022**-----

-----**MOÇÃO DE SAUDAÇÃO ÀS COLETIVIDADES E INSTITUIÇÕES**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

DESPORTIVAS DO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com um voto contra do Partido Chega:-----

----- 1. Saudar todas as associações, coletividades e instituições desportivas pelo trabalho realizado neste ano desportivo que agora termina e desejar a continuação de um bom trabalho e sucesso para a época vindoura; -----

----- 2. Que esta saudação seja publicitada nos canais da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e pelo menos num órgão de comunicação social de expressão nacional;-----

----- 3. Que esta saudação seja remetida a todas as coletividades e associações desportivas com sede no Concelho (envio por via eletrónica). -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Quer fazer uma declaração de voto? -----

-----Senhora Deputada, cada um vota como entende... Nós tiramos as ilações.” -----

3.2.10. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) respondeu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu não disse nada, Senhora Presidente. -----

-----Não se zangue antes do tempo. Não vale a pena zangar-se antes do tempo. -----

-----Só quero registar que o Chega, o Partido Chega votou contra a moção da saudação das coletividades e associações desportivas do Concelho. -----

-----É só isso que eu quero que fique sublinhado. -----

-----Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, nós todos tomámos conhecimento do resultado da votação e não vale a pena fazer comentários.-----

-----Vou ler a recomendação apresentada pelo PAN: “Pela redução do uso de água engarrafada”. -----

-----Meus Senhores, desculpem, mas não podem falar entre vós. Faz um som aqui na Mesa, que realmente é muito perturbador. Agradecia-vos, realmente, que fizessem silêncio.” ---

3.3. RECOMENDAÇÃO - PELA REDUÇÃO DO USO DE ÁGUA ENGARRAFADA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Recomendação referida em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Considerando que: -----

-----a) É imperioso alterar os padrões de consumo e reduzir drasticamente o consumo de plástico, facto este amplamente reconhecido pela sociedade, o qual atualmente está a ser alvo de atenção por parte dos legisladores, tanto a nível nacional como internacional; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- b) Uma das metas da Organização das Nações Unidas referida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para dois mil e trinta é a redução substancial de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização" (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Doze - Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis);-----

----- c) Os valores médios dos últimos anos indicam que apenas trinta por cento do lixo produzido em Portugal é reciclado, sendo o restante incinerado ou aterrado, com as enormes implicações ambientais que acarreta;-----

----- d) Apesar da reciclabilidade do material de que são produzidas as garrafas de água (PET), há que ter em conta o elevado investimento em energia e logística necessários à sua reciclagem e, sobretudo, que somente uma fração do produto acaba sendo reprocessado. Uma enorme quantidade do material tem como destino os depósitos de lixo e muitas vezes acabam em rios e mares. Ao chegar ao meio ambiente, principalmente nos oceanos, o processo de degradação das garrafas de plástico demora aproximadamente quatrocentos anos. Além disso, transformam-se em microplástico, pequenas partículas plásticas poluentes e tóxicas, responsáveis pela morte de milhares de animais;-----

----- e) A água da rede pública é um recurso natural acessível, equilibrado, seguro, económico e ambientalmente sustentável, e Oeiras tem água de qualidade premiada e reconhecida com o Prémio e Selo de "Qualidade exemplar de água para consumo humano". ----

----- f) Os SIMAS de Oeiras e Amadora vêm desenvolvendo o Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (PEAS) e a Câmara Municipal de Oeiras, bem como a da Amadora são parceiras.-----

-----Assim, face ao exposto, o PAN - Pessoas - Animais - Natureza, propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras:-----

-----Um. Se associe à crescente tendência de evitar, sempre que possível, a utilização de materiais descartáveis, nomeadamente garrafas de água em PET e copos de plástico; -----

-----Dois. A não utilização de água engarrafada em eventos da autarquia ou apoiados por esta, incluindo reuniões, palestras, conferências ou congressos organizados pela Câmara Municipal de Oeiras e Assembleia Municipal de Oeiras; -----

-----Três. Utilize jarros e copos de vidro ou em alternativa, por questões de operacionalidade, em plástico reutilizável.”-----

3.3.1. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Dizer apenas que estando praticamente de acordo com todos os considerandos desta recomendação, os pontos em que ela se transforma em proposta de recomendação são completamente inviáveis neste momento, pelo menos enquanto ouvirmos falar numa palavra quase “maldita”. Enquanto houver COVID é melhor nem estarmos a pensar em coisas destas, porque é estarmos a brincar com o fogo.”-----

3.3.2. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Gostaria apenas de dizer que o Grupo Político Evoluir Oeiras se associa a esta proposta de recomendação. -----

-----Muito obrigado.”-----

3.3.3. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Queria apenas recordar que a Câmara de Oeiras já teve esta prática e já há muitos anos. Existiam até uns jarros com o logotipo do SMAS e até, salvo erro, foi por proposta do



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputado e mais tarde Vereador Marcos Sá, que na altura trabalhava também na EPAL e na questão da água e valorizava a água da torneira e, portanto, isto foi adotado pela Câmara, proficuamente em todos os eventos, nas reuniões de Câmara e aqui na Assembleia Municipal.--

----- Agora naturalmente que, como disse o líder de bancada António Vicente (IN-OV), dentro de um quadro de pandemia, por enquanto a saúde é um valor acima e presumo que estará na origem de usar estas garrafas. -----

----- Queria só terminar lembrando ainda outra questão: Oeiras foi tão evoluída e tão à frente (é verdade Senhor Deputado, muito evoluída, eu sei que custa, mas é verdade, Oeiras é um Concelho muito evoluído), que teve uma polémica de marketing por ter um outdoor onde aparecia uma torneira com uma garrafa de tampa de água, e os vendedores de água ficaram muito revoltados, porque a ideia da mensagem é: “a nossa água é tão boa, tão boa, que não vale a pena comprar água engarrafada”. -----

----- Mas naturalmente que eu e todas as pessoas... Isto faz um pouco lembrar aquele sketch do Ricardo Araújo Pereira: “O senhor também é contra o cancro? Pois, nós somos todos contra o plástico”. Eu sei que sim, eu sei que é do PAN, tenho à minha frente, mas como estava a olhar para mim, estava-lhe a lembrar. -----

----- Isto era uma prática que era usada e, de facto, a água da torneira é muito boa, os SIMAS estão de parabéns e presumo que esta recomendação peca por coincidir com a pandemia.- -----

----- Muito obrigado.” -----

3.3.4. A Senhora Deputada Isabel Lourenço (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente.-----

-----O que já foi dito anteriormente é apenas para acrescentar e recordar que tínhamos garrafas (é verdade) aqui na Assembleia Municipal há mais de dez anos. Passámos a ter os jarros do SMAS/SIMAS, os mesmos jarros, às vezes, lá caía a água e lá se entornava aqui pelas nossas mesas de trabalho, mas foi uma prática que tivemos durante muito tempo. Obviamente, - assim como em muitos outros locais do município - foram distribuídos também para as escolas e foram também utilizados nas salas de professores e noutros locais das escolas, mas teve que tudo ser guardado, recolhido, porque a pandemia não terminou ainda e não obstante por princípio, sermos contra o uso e o desperdício de plástico e tentando colaborar com todas as formas possíveis de não utilizar plástico, há limites. Enquanto o nosso país estiver como o primeiro da Europa, ainda com contágios semanais e diários e o segundo no mundo, essa medida, para ser implementada, é uma boa recomendação para retomarmos uma prática que já foi inovadora e iniciada há muitos anos, mas é talvez cedo demais.-----

-----Obrigada.”-----

3.3.5. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: --

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Muito rapidamente para clarificar que o Partido Socialista se associa a esta proposta de recomendação, porque ela no primeiro ponto diz “sempre que possível”. Portanto, o PAN recomenda “sempre que possível” e como é “sempre que possível”, é “sempre que possível”.-- -----

-----Naturalmente que estamos disponíveis para acompanhar uma proposta que recomenda tirar o plástico, sempre que for mais simples e possível de garantir as condições de saúde, utilizando o vidro em vez do plástico. Nem sequer consigo perceber a discussão que está nesta sala neste momento, a propósito desta moção, porque se toda a gente está de acordo e se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

toda a gente leu “sempre que possível”, não há razão nenhuma para não se votar favoravelmente.-----

----- Muito obrigada.”-----

3.3.6. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Esta discussão é talvez mais interessante do que às vezes nós pensamos e a filosofia da Senhora Deputada Ana Silvia Marques (PAN) é de “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Vai insistindo... nuns casos com originalidade, noutros casos nem tanto.-----

----- Nesta situação, gostaria de chamar a atenção que este é um problema, porque às vezes andamos para trás. Compreendo a moção, justamente porque ... enfim, não acredito que ela não tivesse conhecimento do que aconteceu e do que acontece ainda na Câmara Municipal, nas reuniões de Câmara, hoje, em todas as reuniões de Câmara, está uma garrafa dos SIMAS. Há muitas situações em que utilizamos já as garrafas de água da torneira. Não é novidade, não é a partir de agora que nós vamos usar. Já usamos, há mais de dez anos. -----

----- Gostaria de chamar aqui a atenção para duas coisas:-----

----- A primeira, ali o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) falou numa questão, assim pela rama, estava a pensar que me ia tirar o discurso, mas afinal, lembrou-me a situação. Nós tivemos uma campanha de consumo de água publicitando a qualidade da água e mostrando às pessoas que era fundamental que consumissem água da torneira, até porque poupavam dinheiro porque é muito mais barata. O cerne da campanha publicitária era que a única diferença estava na torneira, na tampa, na cápsula, exatamente. Mas na torneira também, porque a garrafa não

tem torneira. O publicitário escolheu a cápsula. A diferença estava aqui nesta cápsula. Vejam bem como fomos pioneiros, de facto. As empresas, a associação das empresas dos fornecedores de água puseram a Câmara em tribunal, que estávamos a fazer concorrência a essas empresas de água e não é que ganharam? Vejam bem. Ganharam a ação contra a Câmara e os serviços municipalizados tiveram que retirar essa campanha publicitária. Foi retirada dos órgãos de comunicação social, das televisões, de todo o lado. Isto deve ter sido por volta de dois mil e oito, dois mil e nove, por aí. Não, foi antes disso, muito antes disso. Oito ou nove. Sim, foi no Governo PS. -----

-----A propósito do Governo PS, curiosamente, até há uma situação (já agora mais uma), julgo que foi no tempo do Governo do Engenheiro José Sócrates. A Câmara Municipal, talvez a título provocatório, resolveu enviar uma garrafa dos SIMAS para cada deputado da Assembleia da República, para passarem a usar a garrafa. Sabem o que é que a Assembleia da República fez? Devolveu-nos as garrafas. Pois... eu também fiquei assim. Também disse “Ah...”. É verdade, não esperava. Que metessem as garrafas numa arrecadação, ainda vá que não vá. Mas não, devolveram as garrafas à Câmara Municipal, portanto vejam... apesar do Engenheiro José Sócrates ser um ambientalista extraordinário. Não sei porque dizem “Ah...”, o Engenheiro Sócrates pode ter muitos defeitos, mas os aterros sanitários etc., foi ele que, atenção, foi no tempo dele e alguns bem polémica deram, porque houve um, o de Resioeste, tive oportunidade de lá ir, o povo estava muito descontente com essa situação e o Engenheiro José Sócrates é que era o responsável. Na realidade, ele era responsável pela construção do aterro, não era responsável pelo mau funcionamento do aterro e pela má gestão do aterro porque, realmente, estava a ser mal gerido. Portanto, devolveram as garrafas. -----

-----No fundo, isto para dizer o quê? Acho que esta moção é uma espécie de recordatória e, como já é habitual, acho que o bom-senso é fundamental. Não é possível,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

realmente, usar seja a caneca, nós continuamos a ter os... é caneca que se chama? O jarro, pronto. A caneca é mais pequena. O jarro e as garrafas. Naturalmente que há determinadas circunstâncias (por exemplo numa situação, numa espécie de buffet ou qualquer coisa do género estar ali com o jarro a deitar água, obviamente que nem é higiénico), mas há situações em que pode ser usada a garrafa, particularmente a garrafa. Nas reuniões como esta, estamos todos aqui com garrafa de plástico e pode ser uma garrafa dos SIMAS. Mas põe-se um problema, reparem às vezes temos de ter... Por isso é que eu digo “é o bom-senso”. As garrafas são aqui distribuídas e depois cada deputado anda com a sua garrafa. Têm que meter a garrafa no saco, os Senhores Deputados não têm saco (as Senhoras têm essa vantagem), mas os homens têm que meter a garrafa onde, no bolso? Ou então é um cacifo onde se põem as garrafas, do A, do B, do C... Quer dizer, há situações que não são muito confortáveis. -----

----- Portanto, o que eu acrescentava nesta moção era o que o bom-senso recomenda a utilização, qualquer coisa desse género. “Sempre que possível”, pronto. “Sempre que possível o uso de água da torneira” e estava o assunto resolvido. Mas claro, é bom que se saiba que na Câmara temos... Eu bebo sempre da garrafa, mas é curioso... da garrafa não, do copo, porque a vantagem da garrafa, do plástico, é que se bebe diretamente pela garrafa. Na garrafa dos SIMAS, precisamos de um copo também. Depois é preciso lavar os copos, é preciso isso tudo ou seja: a logística às vezes complica-se. Mas “sempre que possível” ... Por exemplo, eu não podia trazer isso no bolso, é complicado. Mas julgo que o “sempre que possível” resolve o problema. - -----

----- Muito obrigado.” -----

3.3.7. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Recomendação, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (João Bruno Canelas Cascão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com três votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente e Rui Pedro Gersão Lapa Miller) e um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Carvalho Santos) e com três abstenções do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques). - -----

----- O Senhor Deputado Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 88/2022**-----

----- **RECOMENDAÇÃO - PELA REDUÇÃO DO USO DE ÁGUA ENGARRAFADA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com três votos contra, sendo dois do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e um do Partido Chega e com três abstenções do Partido Social Democrata:-----

----- 1. Se associe à crescente tendência de evitar, sempre que possível, a utilização de materiais descartáveis, nomeadamente garrafas de água em PET e copos de plástico; -----

-----2. A não utilização de água engarrafada em eventos da autarquia ou apoiados por esta, incluindo reuniões e palestras, conferências ou congressos organizados pela Câmara Municipal de Oeiras e Assembleia Municipal de Oeiras: -----

-----3. Utilize jarros e copos de vidro ou em alternativa, por questões de operacionalidade, em plástico reutilizável. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.3.7.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Só para dizer que votámos favoravelmente porque, de facto, consideramos que mesmo estando em contexto da COVID, uma vez que já nem sequer usamos máscaras aqui dentro desta Assembleia, portanto não nos parece que seja uma questão tão grave assim.-----

-----Depois dizer que nós, de facto, podemos usar garrafas portáteis e, portanto, aproveitava para perguntar à Câmara se aqui, por exemplo, na Assembleia Municipal, se existem garrafas destas reutilizáveis, Oeiras Valley ou da Câmara de Oeiras, que possam ser cedidas. Cada um dos deputados ter uma garrafa dessas, para podermos guardar aqui nos nossos gabinetes e cada um utilizaria e seria responsável pela sua garrafa, em vez de termos, durante uma Assembleia, centenas de garrafas de plástico aqui a circular, por exemplo. -----

-----Muito obrigada.” -----

3.3.8. O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Vamos lá ver... Os SIMAS fizeram stock suficiente para distribuímos por empresas, distribuiu-se por juntas de freguesia, e eu tenho a certeza absoluta que há lá garrafas suficientes que podem ser distribuídas. Depois cada um fará o que entender e quem quiser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

continuar a beber nesta garrafa, também é livre de o fazer.” -----

3.4. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

----- “O mês de junho é reconhecidamente um período festivo no Concelho de Oeiras. ---

----- Com a celebração do aniversário da concessão da carta de foral e da consequente criação do Concelho, Oeiras engalana-se e sai para a rua, mas aproveita também para rever a matéria dada, fazendo o balanço do já realizado, alicerce do futuro que projetámos e assumimos concretizar. -----

----- Ora, quer no balanço do que se concretizou, quer na projeção do futuro a construir, a variável essencial, aquela que serve de guia na navegação do dia a dia, são as pessoas. -----

----- É com elas e para elas que o Município de Oeiras trabalha e é na resolução dos seus problemas que se vê realizado. -----

----- É pensando nelas que, merecidamente, em Sessão Solene de Sete de Junho, se procedeu ao reconhecimento de pessoas e entidades que prestaram serviços à comunidade. -----

----- Em representação de quantos foram objeto desse reconhecimento, permitam-me recordar e referir José Manuel Constantino, Presidente do Comité Olímpico de Portugal, a quem o desporto de Oeiras tanto deve, Francisca Van Dunem, ex-ministra da Justiça, cujo empenho foi fundamental para que a Cartuxa passasse para a administração da autarquia de Oeiras, Miguel Marques dos Santos, Subdiretor Geral do Tesouro e Finanças, a nossa campeã olímpica Patrícia Mamona e Mónica Bettencourt-Dias, diretora do Instituto Gulbenkian de Ciência, que, muito discretamente, contribui de forma decisiva para que Oeiras seja cada vez mais uma referência nacional e internacionalmente reconhecida no domínio da investigação

científica.-- -----

-----E foi pensando nas pessoas que, nessa mesma data, se procedeu à inauguração de um espaço multiusos no centro de Algés, onde funcionará o Gabinete Técnico Local da Baixa Comercial e Centro Histórico de Algés e um espaço de biblioteca alusivo ao espólio do Doutor Oliveira Charrua, de um equipamento fitness na Praia da Torre e, culminando um longo, moroso e meticuloso trabalho de recuperação e restauro quer do edifício quer do mobiliário, sem esquecer, naturalmente, o tratamento documental do espólio e o embelezamento dos jardins, se inaugurou a Casa de Igrejas Caeiro, em Caxias, numa colaboração profícua entre a Câmara Municipal e a Fundação Marquês de Pombal. -----

-----Foi pensando também nas pessoas que os vários espaços verdes do Concelho se transformaram em auditórios de convívio e de cultura. E tem sido muito bom observar como as famílias os ocuparam e continuam a ocupar numa confraternização intergeracional. -----

-----Assim ocorreu com os espetáculos das Festas de Oeiras que, entre um de junho e o passado domingo, levaram ao Jardim Municipal de Oeiras, ao Parque Urbano de Miraflores e à Praça Nelson Mandela no Taguspark milhares e milhares de Oeirenses. -----

-----É certo que nomes como Rui Veloso, Ana Moura, Quim Barreiros, Toni Carreira e Calema, para apenas citar alguns, contribuíram fortemente para o êxito destes eventos, mas não podemos deixar de lembrar que também a prata da casa esteve presente e com sucesso. -----

-----Como ocorreu com as bandas vencedoras do Oeiras Band Sessions, concurso que tivera o seu final em quatro de junho nos Nirvana Studios, com a Banda Municipal de Oeiras e com a Gala proporcionada pela Oeiras Dance Academy. -----

-----Assim continua a suceder ainda com todos os que têm usufruído e continuam a fazê-lo todos os domingos até dia vinte e cinco de setembro, dos amenos e tranquilos fins de tarde proporcionados pelo Festival Somersby Out Jazz no Parque dos Poetas, no Parque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Urbano do Centro Desportivo do Jamor, no Parque Urbano de Miraflores, no Jardim da Cascata da Quinta Real de Caxias ou nos Jardins do Palácio do Marquês de Pombal. -----

----- No que à cultura musical diz respeito, uma palavra ainda para o espetáculo musical 'Tempos de Escola', inserido no projeto 'Crianças ao Palco', no dia dezoito, pelas vinte e uma e trinta, no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, também para o espetacular concerto proporcionado pelos Guns and Roses que, de alguma forma, serviu de aperitivo para o Nos Alive, e para o Concerto de Solidariedade pela Paz, realizado no último Domingo no Palácio dos Aciprestes, numa iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Fundação Marquês de Pombal. --- -----

----- Mas também a atividade física e o desporto estiveram presentes durante este período festivo. O “Mexa-se na Marginal” e a “Marginal à Noite” confirmaram o êxito dos anos anteriores e garantiram a adesão dos oeirenses a estas iniciativas. -----

----- Tal como as crianças e jovens que marcaram presença na corrida dos carrinhos de rolamentos no Dia Internacional da Criança, e quantos se divertiram colorindo o dia na Colour Run que decorreu no Jamor, no passado dia quatro de junho. -----

----- O mesmo entusiasmo que se augura para o Oeiras Eco-Raly a realizar no próximo fim de semana e que não irá ofuscar as Festas da Freguesia de Barcarena. -----

----- Certamente, esta atividade não é estranha ao facto de a apresentação da Missão Portuguesa aos Jogos do Mediterrâneo a realizar em Ora, ter tido lugar em Oeiras. Uma iniciativa a saudar.-----

----- Entretanto a partir de julho, prossegue o Programa de Cinema ao Ar Livre e o

Festival Sete Sóis Sete Luas que animarão as noites de Barcarena, vila que este fim de semana se engalanará para receber todos os que pretendam participar nas festas da freguesia.-----

-----Uma das marcas de Oeiras reside também na qualidade das suas bibliotecas que há muito, aliás, sabem adequar-se às circunstâncias dos seus utentes, dedicando um especial cuidado e atenção aos mais jovens e às suas necessidades. -----

-----Com o objetivo de os auxiliar neste período de exames, mais uma vez alargam o seu horário de funcionamento até à meia noite. Uma iniciativa a registar e a saudar.-----

-----Porque, em Oeiras, o importante são as pessoas, no total respeito pela sua diversidade.-----

-----Pessoas que justificam a realização da sétima edição do MO, Festival de Marionetas de Oeiras que animou o Largo da Igreja, a Galeria Verney, o Palácio do Egipto e o Auditório Municipal Eunice Muñoz. -----

-----São as pessoas que justificam a manutenção da abertura do centro de vacinação COVID no Pavilhão Carlos Queiroz;-----

-----São as pessoas que justificam a realização da Semana da Proteção Civil com os simulacros que contribuem para a eficácia e eficiência da sua atuação.-----

-----São as pessoas que justificam o lançamento da primeira pedra do Centro de Tratamento de Doentes Renal Crónicos da Fundação Renal Portuguesa, em Leião. -----

-----São as pessoas que justificam a garantia da manutenção da qualidade das nossas praias que, mais um ano podem ostentar a bandeira azul em todo o Concelho.-----

-----São as pessoas ainda, que justificam continuar a homenagear os militares mortos durante a Guerra Colonial, como fazemos a cada dez de junho. -----

-----São as pessoas que contribuem para que o Congresso da Indústria Farmacêutica Rethinking Pharma se realize no Taguspark. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- São as pessoas que justificam a realização da Festa Animal em Carnaxide. -----

----- Pessoas que convidamos a envolver-se na natureza que preservamos, no respeito por um ecossistema em que o homem conviva harmoniosamente. Participando, por exemplo, nos percursos e oficinas da Agenda da Natureza, Percurso “À Descoberta das abelhas selvagens”, uma excelente oportunidade para conhecer e preservar a biodiversidade local.-----

----- São as pessoas ainda, que justificam a construção das primeiras noventa e duas casas de um total de seiscentas e noventa e uma para arrendamento apoiado que estarão construídas até dois mil e vinte e seis.-----

----- Lembrar que a assinatura do contrato para a sua construção entre o Município de Oeiras e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), está agendada para as dezasseis horas do próximo dia vinte e três no Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, sendo o Governo representado pela Secretária de Estado da Habitação, Marina Gonçalves.-----

----- De salientar ainda, que estes contratos resultam da aprovação da candidatura apresentada pelo Município de Oeiras ao Programa Primeiro Direito - Programa de Apoio ao acesso à Habitação, no âmbito do investimento do Plano de Recuperação e Resiliência.-----

----- Porque o mais importante, em Oeiras, são as pessoas.” -----

3.5. O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Gostaria só de deixar aqui três notas: -----

----- A primeira é um alerta, que é relativamente a uma praga de baratas na zona de Oeiras e Santo Amaro, que está novamente a alastrar e gostaríamos de deixar esta nota e também uma nota de preocupação, visto que estamos novamente aqui a chegar a uma época de

verão e de calor e é importante, também, que os nossos munícipes e quem nos visita também se possam sentir seguros. -----

-----Por outro lado, foi-nos questionado... obrigado. Foi-nos questionado sobre quando terminam as obras da CRIL, na zona de Algés. -----

-----A última questão que gostaríamos de deixar aqui hoje nesta Assembleia, pelo menos nesta altura, é relativamente às obras da Avenida Vinte e Cinco de Abril, em Linda-a-Velha. Sobre qual é que vai ser a duração destas obras, qual é que é o tempo previsto e se os munícipes foram informados, porque chegaram-nos aqui algumas queixas por falta de informação e, portanto, gostaríamos também de deixar este alerta, aqui na Assembleia Municipal. -----

-----Para já é tudo. Obrigado.”-----

3.6. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----

-----“Tenho várias questões sobre vários assuntos.-----

-----O Município de Oeiras lançou recentemente mais uma edição do Programa Jovens em Movimento. Conforme indicado pela Câmara Municipal, este programa tem como objetivo primordial a ocupação salutar dos tempos livres dos jovens munícipes, proporcionando assim um conjunto variado de atividades de carácter lúdico, cultural, recreativo e desportivo. Recentemente foi-nos reportada a situação da remoção de lixo nas praias, nomeadamente na Praia da Torre. O regulamento diz que em relação à remoção de lixo nas praias, faz parte a sensibilização dos banhistas, mas também dos jovens, bem como a limpeza manual dos espaços. --- -----

-----Ora a questão é que este programa deve sensibilizar os jovens e ocupá-los com tarefas dignas, que devem ser conciliadas com as tarefas dos funcionários do Município. É uma tarefa completamente despropositada estes jovens carregarem sacos de lixo, nomeadamente de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

lixo de vidro pesadíssimo pela encosta acima da Praia da Torre, com todo o perigo que isto acarreta. ---

----- O mesmo regulamento também não é detalhado relativamente às atividades lúdicas que ocupam os horários destes jovens, pelo que gostaríamos de saber que atividades lúdicas têm feito estes jovens. Este programa não pode ser, de facto, trabalho barato mascarado de ocupação de jovens. -----

----- Depois, a questão das acessibilidades. Queremos colocar várias questões: -----

----- Já aqui em reuniões anteriores alertámos para obras licenciadas pela Câmara Municipal que não acautelam o cumprimento do Decreto-Lei das acessibilidades cento e sessenta e três/dois mil e seis e o Código da Estrada no que diz respeito à acessibilidade para os peões que se veem obrigados a circular pela estrada sem o mínimo de segurança. Aconteceu novamente este mês com uma obra em pleno Centro de Paço de Arcos, que só foi resolvida à terceira insistência junto da Polícia Municipal e ao fim de nove dias desde a primeira denúncia (queixa doze mil quatrocentos e setenta e oito) e sem qualquer ação por parte da aplicação o Meu Bairro. Quem seria responsável, caso algum peão tivesse sido atropelado no local? A Câmara, a Polícia Municipal, o condomínio do prédio? Até quando vão existir no Município casos destes, em que existe um completo desrespeito pelo cidadão que anda a pé?-----

----- Existem neste momento outras obras a decorrer no Município, em que a mesma situação se verifica, exemplos em Miraflores, no Dafundo e por isso pedimos à Câmara Municipal e à Polícia Municipal que efetuem a fiscalização a estas obras, ao abrigo do Decreto-Lei cento e sessenta e três/dois mil e seis e o artigo oito do Capítulo II do Código da Estrada.---

-----Ainda falando de acessibilidades, a Calçada dos Moinhos em Queijas foi recentemente repavimentada. Porque não foi considerado o espaço para circulação pedonal nesta intervenção? -----

-----Depois perguntar que na Assembleia da UFOPAC a vinte e dois de abril, o Grupo Político Evoluir Oeiras apresentou um documento assinalando onze pontos na Freguesia em que a acessibilidade dos peões nos passeios não cumpriam a lei. Recebemos em maio a informação de que saía fora da competência da Junta de Freguesia que indicou “que a gestão do espaço público, bem como qualquer alteração que nele ocorre, não pode ser executada pelas Juntas de Freguesia”. Assim, pretendíamos saber junto do Executivo da UFOPAC, se reportou à Câmara Municipal as devidas situações para que fossem retificadas. -----

-----Depois a última questão, relativamente ao Portal de Dados Abertos: -----

-----No dia dezanove de abril o Grupo Político entregou um requerimento solicitando a lista de estações de medição de qualidade do ar e de ruído em Oeiras e a resposta deste requerimento refere existir apenas uma estação de qualidade do ar (que pertence à Agência Portuguesa do Ambiente e não ao Município) e em relação ao ruído indicou que: “Em relação ao pedido de valores de medições recentes de ruído nos locais de maior fluxo de trânsito, (..) foi elaborada uma campanha em dois mil e vinte e dois, em cento e vinte e sete locais, no âmbito da revisão do Mapa Estratégico do Ruído, que uma vez concluído e aprovado pelos Órgãos Autárquicos, será disponibilizado na página de Dados Abertos do Município”. Pelo que face a esta resposta questionamos quando está prevista a conclusão deste estudo, a sua aprovação e a disponibilização no Portal de Dados Abertos. -----

-----Senhora Presidente, aproveitamos para dizer que nos termos regimentais, vimos requerer que seja fornecida a esta Assembleia informação relativa ao Portal de Dados Abertos do Município de Oeiras através do requerimento que iremos entregar, nomeadamente data da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

última atualização, informação sobre conjuntos de dados, indicadores, registo da ocorrência de ciberataques a esta plataforma, listagem das solicitações de conjuntos de dados inexistentes e custo da manutenção da plataforma.-----

----- Muito obrigada.”-----

3.7. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Todos nós mudamos ao longo dos anos e o Senhor Presidente da Câmara, Doutor Isaltino Morais, terá também mudado, mas, pelo menos, não mudou num aspeto que acho relevante (importa aqui salientar), tal como nesta matéria não mudou o PSD: o direito a uma habitação condigna para todos os oeirenses. Tem sido uma política seguida há muitos e longos anos numa altura em que este Concelho foi pioneiro entre todos os concelhos na Área Metropolitana de Lisboa e, eventualmente, também no resto do país, no que respeita à eliminação de barracas.-----

----- Por isso, não podemos estar mais satisfeitos com aquilo que vai acontecer no dia vinte e três deste mês - e que já foi aliás aqui referido pelo Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) – na assinatura do contrato, do primeiro de três contratos, para a construção de noventa e seis casas, das seiscentas e noventa e uma que o Município se propõe construir, casas essas que, necessariamente, vão concretizar aquilo que é um princípio constitucional, que é o direito a uma habitação digna. É que, de facto, muitos falam, mas poucos fazem. Esta é uma realidade a que, infelizmente, no nosso país nos vamos habituando. A assinatura desse contrato, que aliás tem o apoio do IHRU, importa relevar que custará cerca de, sensivelmente, mais de

dezanove milhões de euros, mas importa referir que destes dezanove milhões a Câmara consegue, porque viu um programa seu aprovado, uma comparticipação em PRR de quase dezasseis milhões. Quinze milhões oitocentos e tal mil.-----

-----O PSD elogia a Câmara nesta matéria, critica-a quando tem que criticar, elogia-a quando tem que elogiar. Acho que nesta área da habitação, neste caso já felizmente uma habitação dirigida a outros extratos (porque os mais carenciados já foram alojados), é sempre de relevar. Acho que é de dar mérito e insistir para que a Câmara continue nesta linha porque os oeirenses, enquanto munícipes deste Concelho, mas fundamentalmente enquanto pessoas e cidadãos portugueses, merecem.”-----

3.8. O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Tinha duas notas introdutórias.-----

-----Queria colocar ao Executivo uma pergunta e hoje falou-se na União Desportiva e Recreativa de Algés. É de facto uma coletividade que tem muitos atletas que dependem de um campo que tem um relvado artificial e que está em condições muito degradadas. A pergunta é simples: é se já foi pedido apoio por parte da coletividade à Câmara porque, de facto, os clubes sem o apoio da Câmara, não conseguem fazer este tipo de melhoramentos e se está agendado o melhoramento desse pavimento, para que possam continuar a ser campeões nacionais de juniores e não só. -----

-----Queria referir-me em segundo lugar e queria afirmar aqui...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, tem de falar mais próximo do microfone, porque não se ouve...”

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente, nós aqui não temos a perceção do volume do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

som.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “É que depois não fica gravado.”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** continuou a sua intervenção dizendo:--

----- “No dia três de junho fizemos uma visita ao Instituto Gulbenkian da Ciência. Estiveram muitos deputados aqui presentes (outros não puderam ir, que foi um dia de semana) e foi, de facto - e desde já agradecendo à Senhora Presidente que foi representada na pessoa do Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV) - uma visita extraordinária. Tantas vezes se fala aqui de Oeiras Valley e do que é que significa ser Oeiras Valley e foi uma grande lição. Devo dizer-vos que foi das visitas, ao longo da minha vida, mais instrutivas que tive e onde mais aprendi.-----

----- No Instituto Gulbenkian da Ciência há consumação daquilo que é o grande objetivo da investigação, que é a conjugação de três vontades: a vontade académica, a vontade empresarial e a vontade política. Entenda-se, com todas as letras, que a vontade política neste caso, é quase exclusivamente e só do Município de Oeiras. É um instituto que alberga dezenas de investigadores de países estrangeiros e estão lá centenas de investigadores. Tem um reconhecimento internacional notável. Consegue a captação de cientistas portugueses que estavam a trabalhar na Alemanha, na América e noutros sítios e neste momento, alguns deles voltaram para Portugal, para fazer investigação no Instituto Gulbenkian da Ciência. E devo dizer-vos, eu não vi mas gostava de ter visto a cara da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) quando não um, não dois, não três, mas vários cientistas disseram: “Eu só estou aqui devido à Câmara Municipal de Oeiras”. Mas disseram isso taxativamente. É de louvar as

parcerias que existem entre a Câmara e estes investigadores. Estamos a falar de investigações de tratamento do cancro inovadoras, tanto farmacológicas, como algumas por vias verdadeiramente inovadoras. De facto, Oeiras é muito evoluída. Estamos a falar de investigação muito rara, que é da ciência pela ciência. Uma investigadora alemã que está a fazer uma investigação com base no peixe zebra (não vale a pena entrar aqui em pormenores), mas de como é que o nosso olho humano se reconstrói. Estamos a falar de investigação com aplicação prática. Aquele instituto e devido ao apoio do Município de Oeiras e reforço “e devido ao Município de Oeiras”, desenvolveu testes COVID que foram aplicados em várias escolas e já nesta pandemia, na luta contra a pandemia. -----

-----Falta referir que (e isto também é muito importante) há pelo menos duas componentes, dois projetos muito ambiciosos de levar a ciência às escolas de Oeiras.-----

-----Queria terminar a minha intervenção para que a Extrema Esquerda também não fique muito magoada comigo, porque isto é só política, que eu lhes dediquei um poema que vou aqui ler. Oeiras... Muitas vezes é falado que o Doutor Isaltino Morais é um fenómeno político devido à obra. Eu discordo. É devido à identidade. O Presidente da Câmara criou uma identidade na sua terra e há uma coisa que aqui todos nós comungamos, que se chama “amor a Oeiras”. “Amor a Oeiras”, para ouvirem melhor. Esta identidade de Oeiras que foi construída por todos nós, chama-se “O amor a Oeiras”. -----

-----Senhores Deputados, um poema para Vossas Excelências:-----

-----“A vossa inteligência, sem amor a Oeiras, torna-vos perversos / a vossa busca de justiça, sem amor a Oeiras, torna-vos implacáveis / a vossa diplomacia, sem amor a Oeiras, torna-vos hipócritas / a vossa autoridade, sem amor a Oeiras, torna-vos tiranos / o vosso trabalho, sem amor a Oeiras, torna-vos escravos de alguém / a vossa pretensa sensibilidade e simplicidade, sem amor a Oeiras, deprecia-vos totalmente / a vossa política, sem amor a Oeiras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

torna-vos egoístas e fanáticos (e, por último) / os vossos ataques pessoais a Deputados e ao Presidente de Câmara, à vida das pessoas, torna-vos mesquinhos e muito, muito pequeninos.” --

----- Muito obrigado.” -----

3.9. A Senhora Presidente da A.M. interveio disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, lamento profundamente aquilo que o Senhor acaba de fazer. ----

----- Não quis interrompê-lo, porque queria ver até onde é que o Senhor ia. O Senhor não sabe o que é Democracia, porque Democracia é respeitar cada um e não tem o direito de estar a chamar nomes a quem quer que seja, tenham eles as posturas que tiverem. Agradecia-lhe que não repetisse semelhante façanha.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** perguntou o seguinte:-----

----- “Mas qual foi o nome que eu chamei?”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo:-----

----- “Acho lamentável e peço desculpa ao Grupo do Evoluir Oeiras, por tudo aquilo que o Senhor lhe disse.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** perguntou o seguinte:-----

----- “A Senhora Presidente, não gosta de poesia? Não gosta de poesia?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo:-----

----- “Desculpe Senhor Deputado, não lhe volto a dar a palavra. -----

----- Toda a gente ouviu o que o Senhor disse, o Senhor achou que era muito engraçado, que realmente sabia muito bem fazer poesia, mas olhe Senhor Deputado, faça-o daquela porta para fora. Aqui dentro não admito semelhante falta de respeito, seja para quem for, nem que

seja para o partido mais à Esquerda, se ele tiver a ter um comportamento correto nesta Assembleia.-----

-----Lamento é que sejamos nós a fazê-lo de maneira diferente. O Senhor pode ter sido muito engraçado ou achar que foi muito engraçado, mas eu digo-lhe: o Senhor não sabe o que é Democracia. Lamento profundamente.” -----

-----E vou continuar dando a palavra a...-----

-----Desculpe, tem pessoas à sua frente...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, é por causa da Defesa da Honra...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

-----“Tem todo o direito, da Defesa da Honra.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada. -----

-----Muito rapidamente, eu não vou comentar a...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“A Senhora está inscrita para falar e ser-lhe-á dada a palavra na devida altura.”-----

3.10. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) em Defesa da Honra, disse o seguinte:--- -----

-----“Senhora Presidente, eu não vou referir-me à intervenção final que o Senhor Deputado fez, mas apenas para clarificar que, no Instituto Gulbenkian de Ciência, tenho muitos amigos. A minha carreira também podia ter passado por lá e não foi nada daquilo que se passou, que o Senhor Deputado aqui reportou. -----

-----Eu também dei os parabéns aos meus colegas, alguns que tenho lá a trabalhar e... Senhor Deputado, isto não é um diálogo... O que eu quero dizer é que aquilo que o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputado disse não está correto e também eu gostei muito da visita, eu e o meu colega que visitou o Instituto Gulbenkian de Ciência comigo.-----

----- Muito obrigada.”-----

3.11. A Senhora Deputada Carla Santos (CH) em Defesa da Honra, disse o seguinte: -----

-----“Em Defesa da Honra, pretendo apenas frisar que o Partido Chega votou contra o voto do PS, apesar de ser um partido que honra todas as coletividades e todas as instituições desportivas de Oeiras, fê-lo apenas pela falta de coerência política e visão do mundo.”-----

3.12. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte: -----

-----“No Dia Mundial dos Refugiados, a Comissão Europeia e o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança Josep Borrell emitiram uma declaração conjunta em que salientam e cito: “Estamos ao lado de todos aqueles que por todo o mundo, forçados a abandonar as suas casas face à mais rápida crise de refugiados no mundo, a União Europeia tomou medidas decisivas para oferecer proteção às pessoas que fogem da guerra iniciada pela Rússia contra a Ucrânia e para prestar assistência humanitária ao país e aos seus vizinhos. Mais do que nunca, a União Europeia continua empenhada em apoiar as pessoas forçadas a abandonar as suas casas em todo o mundo.”-----

-----O esforço europeu só tem significado se se materializar em todas as regiões administrativas nos diferentes países, como um esforço comum. No nosso país, esse esforço é do Estado e das autarquias locais que tem estado de forma inegável ao lado de quem foge dos horrores da guerra e do ataque à identidade do seu país. No atual quadro político, social e económico, reconhecer que o mundo mudou e que é necessário repensar as estratégias de

atuação, bem como o quadro legislativo e humanitário em que se desenvolvem, é uma urgência quase diária. Se os Estados devem mostrar a sua solidariedade e encontrar soluções rápidas e eficazes no acolhimento e acima de tudo na integração, caberá aos municípios encontrar mecanismos de integração complementares. Garantir o direito à saúde, à habitação, à educação e ao trabalho, são só o início do enorme desafio com que somos confrontados hoje. -----

-----Os dados mais recentes apontam para um total de treze mil quatrocentos e oitenta e cinco estrangeiros e viver em Oeiras. Somos um Concelho que acolhe e integra emigrantes, estrangeiros e refugiados. Numa excecional articulação com o Estado, Oeiras tem vindo a demonstrar a sua capacidade de se adaptar às novas realidades. Estes fluxos migratórios têm um impacto na nossa demografia, na nossa diversidade, na nossa cultura. Responder a estas alterações é, de facto, um permanente desafio.-----

-----Senhora Presidente, Senhor Presidente, neste espaço democrático, a Assembleia Municipal, deixamos ao Executivo dois desafios:-----

-----Dinamizar a Semana da Multiculturalidade no quadro da agenda cultural municipal, com eventos organizados pelas associações de emigrantes e pelos refugiados sediados no Concelho, construindo também por essa via espaços de integração e de partilha cultural com todas as nacionalidades. Mas se é importante encontrar espaços de envolvimento, mais importante é garantir um financiamento adequado e normalizado, devendo este financiamento ser estabelecido num quadro de total transparência, criando um regulamento de apoios a projetos de integração e promoção da multiculturalidade. -----

-----Reafirmamos que as propostas que aqui deixamos são o contributo da oposição democrática, pois o PS está e estará disponível para encontrar soluções que garantam que o nosso Concelho responde diariamente aos desafios com que é confrontado.” -----

3.13. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Não pude ir à visita ao Instituto Gulbenkian de Ciência, pedi ao Doutor Rui Miller, Primeiro Secretário, que me representasse e pedi-lhe também que fizesse um relato dessa visita, um pequeno apontamento. Portanto, ia-lhe passar a palavra, para ele fazer esse apontamento.”-----

3.14. O Senhor Primeiro Secretário, Rui Miller (IN-OV) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Sim, de facto a Senhora Presidente não pôde estar presente, coube-me a honra de estar em sua representação nesta visita.-----

----- Apenas duas ou três palavras, só para darmos conta do que se passou a quem não pôde estar presente. -----

----- Posso dizer-vos que no passado dia três de junho, uma delegação da Assembleia Municipal efetuou uma visita de estudo ao Instituto Gulbenkian de Ciência. Fomos recebidos pela sua Diretora Professora Doutora Mónica Bettencourt-Dias, que nos acompanhou durante toda a visita.-----

----- Esta dividiu-se em duas partes. Na primeira, na sala de apresentações, foi-nos dado a conhecer o importante trabalho efetuado pelos diversos investigadores portugueses e estrangeiros, num total de quatrocentas pessoas, distribuídas por vinte e sete grupos de investigação, nove serviços de apoio científico e doze serviços que desenvolvem o seu trabalho num ambiente multidisciplinar e multicultural, à procura da resposta para os grandes desafios do futuro. - -----

----- Os grupos de investigação que integram cientistas de quarenta e cinco nacionalidades diferentes, estudam desde como o organismo se forma, até à interação deste no

meio ambiente e como o pode afetar. Na segunda parte, foi efetuada uma visita pelas instalações e equipamento, nomeadamente os laboratórios e o microscópio eletrónico. -----

----- Ficou-nos na memória alguns aspetos interessantes:-----

----- Um. O contributo do Instituto Gulbenkian de Ciência na pesquisa e elaboração de testes para despiste de COVID Dezanove.-----

----- Dois. O facto de o IGC ter sido alvo de um “case study” (perdoem-me, a palavra é estrangeira, mas é a melhor que se aplica neste caso) por um importante cientista norte-americano que o levou a vir a Portugal, para perceber como se conseguia efetuar investigação tão importante a nível mundial, com um orçamento tão baixo.-----

----- Três. Por fim, a faixa etária dos cientistas. Gente muito jovem, que abre perspetivas para um mundo melhor. -----

----- Durante toda a visita foi realçado e agraciado o contributo da Câmara Municipal de Oeiras, imprescindível para o trabalho efetuado. -----

----- A visita terminou com um pequeno lanche oferecido pelo IGC, no qual se salientou o bom convívio entre todos, salientando a sua diretora a necessidade de continuar a haver esse apoio por parte da Câmara e também a sua disponibilidade para estar presente numa Sessão da Assembleia Municipal (se assim o desejarmos), para mostrar a todos os munícipes a obra do IGC.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

3.15. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Já sei que foi uma visita muito interessante e, provavelmente, vamos aproveitar a oferta da sua diretora para um dia nos vir aqui falar sobre o Instituto Gulbenkian de Ciência.” --

3.16. A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Barra, Paço de Arcos e Caxias) observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Quero só fazer uma pequena clarificação, de uma parte da intervenção da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO).-----

----- É que a proposta que chegou à Junta de Freguesia foi a alteração ao trânsito, a sinalética de trânsito e aquilo que lhe foi respondido (e já foi respondido ao grupo político), foi que a gestão do espaço público é da exclusiva competência da Câmara Municipal, não está na competência das juntas de freguesia. -----

----- Relativamente à outra questão que suscitou, é uma questão que será averiguada e que será respondida em sede própria. -----

----- Obrigada, Senhora Presidente.” -----

3.17. O Senhor Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou ser muito breve, visto que não tenho tempo e não quero estar a solicitar tempo extra à Senhora Presidente. -----

----- Estamos em junho, calor, é altura das baratas e, portanto, a Câmara Municipal desenvolve várias iniciativas no sentido de eliminar as baratas, fazendo desbaratizações, desratizações e tudo isso. Um pouco por todo o Concelho, há algumas situações em que terá que incidir especificamente nessa zona e, portanto, iremos procurar atuar na zona de Oeiras e Santo Amaro. -----

----- Obras do acesso norte/sul da CRIL. De acordo com a previsão da empreitada, prevê-se que, até ao final do ano, a obra esteja concluída. Está em curso, portanto, se tudo

correr bem, no final do ano estará concluída. -----

----- Quanto às obras de Linda-a-Velha, nesta primeira fase vão... julgo que é mais um mês no máximo, nem tanto. No entanto, está pronto o projeto de requalificação de toda a Avenida Vinte e Cinco de Abril, é possível que esse concurso seja aberto no princípio do próximo ano e aí teremos um ano e meio de intervenção na Avenida Vinte e Cinco de Abril. Mas será uma requalificação total da avenida e das ruas adjacentes à mesma.-----

----- Relativamente aos “Jovens em Movimento”, “Mexete nas Férias”, etc., quero dizer-vos que são dois programas de sucesso e têm tanto sucesso que se esgotam as inscrições e a Câmara Municipal não tem capacidade para mais. Não há.... Só faltava dizer que há aqui trabalho abusivo por parte da Câmara Municipal, exploração de jovens. Só falta dizer isso, porque andam com sacos demasiado pesados. Só andam com os sacos que podem, com certeza, porque se não puderem, arreiam e, portanto, não falta quem leve os sacos. Há sempre trabalhadores da Câmara que levam os sacos. São dois programas de grande sucesso, mas acontece que mesmo esses programas precisam do enquadramento de alguns funcionários da Câmara. Não estão a fazer trabalho que devia ser feito por trabalhadores da Câmara, estão a fazer um trabalho que, de alguma forma, é reservado justamente para ocupar. Com certeza que não podíamos por os trabalhadores da Câmara a fazer esse trabalho e os jovens a observar. Era uma hipótese: observavam como é que se fazia. Ali, é o saber da experiência feito. Portanto, tem tanto sucesso que, realmente, não há lugar para mais. Agora, a Câmara Municipal tem de deixar determinados trabalhos por fazer, para ser feito pelos jovens. Caso contrário, não tinha trabalho para dar aos jovens, não tinha ocupação. Ali, do que se trata, é mais ocupação.-----

----- Dificuldades de andar a pé. Não é apenas em Oeiras, é em todo o mundo. Por essa Europa fora, há tantos sítios onde é difícil andar a pé. Aliás, há tantas ruas sem passeios por essa Europa fora. Na Holanda, na Bélgica, na Noruega, na Suécia e nós vemos as redes sociais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aqui em Portugal, e designadamente aqui em Oeiras, e dá a impressão que só em Oeiras é que há ruas sem passeios. Mas, realmente, nós somos pequeninos, tão pequeninos... Pequeninos de cabeça, não é? Não toda a gente, eu estou a generalizar, temos alguma gente pequenina. De maneira que uma rua sem passeios até justifica, por exemplo, que “o polígrafo”, vejam bem, que é programa da SIC faça um programa, um “polígrafo”, sobre uma rua que foi alcatroada no Bairro dos Moinhos, em Queijas. Teve “honras de polígrafo”. Se era verdade ou não que a rua não tinha passeios. É obvio, basta ir lá ver, claro que a rua não tem passeios, não é preciso “fazer um polígrafo”. Se não tem, pura e simplesmente... Para quê “fazer um polígrafo” a dizer se tem ou não tem? Não tem.... Esquecem-se... Toda a gente sabe quem são os autores dessas mensagens nas redes sociais (toda a gente sabe quem são) e toda a gente sabe também quem é que comunica à SIC para fazer o polígrafo. A questão é tão simples como isto: O Bairro dos Moinhos é um bairro de génese ilegal e, portanto, ainda não está legalizado no que diz respeito às infraestruturas, nem ao licenciamento dos prédios. Ficou pronto há pouco tempo um plano de intervenção de requalificação geral do bairro. Agora é necessário fazer o plano de pormenor e é preciso fazer os projetos de loteamento que forem necessários, na sequência do que já aconteceu no Casal da Choca (e está a acontecer ainda, porque o Casal da Choca é um bairro, realmente, muito grande), na Pedreira Italiana ou no Bairro de Leião, por exemplo. Este Bairro do Moinho, como digo, é um bairro de génese ilegal e, portanto, o que é que a Câmara fez? A rua principal de distribuição do trânsito dentro do próprio bairro, estava toda esburacada, aliás nunca tinha levado alcatrão como deve ser, tinha levado uma camada de desgaste e obviamente que, com as chuvas, no inverno, etc., tinha ali buracos enormes. A Câmara Municipal,

justamente para minorar as condições de circulação automóvel... Não é para facilitar mais automóveis, não sei se estão a ver, mas, de facto, as estradas são para os automóveis andar e para as pessoas. O que a Câmara fez foi melhorar o pavimento daquela rua, para dar mais conforto às pessoas e, portanto, pavimentou com alcatrão. Não tem passeios por uma razão, aliás por duas razões: a primeira, porque não se trata ainda de uma obra legal (é preciso que a rua esteja de acordo com o loteamento e isso será mais tarde), portanto quando estiver aprovado o loteamento serão feitos, serão normalizados os arruamentos e umas terão passeios e outras não terão passeios. Se forem a Leião, por exemplo ou ao Casal da Choca, encontrarão ruas sem passeio. São as chamadas ruas multifuncionais. O que é uma rua multifuncional? É uma rua onde já hoje se pratica aquilo que em Lisboa querem fazer e que pelos vistos a maior parte das pessoas não está de acordo: é que não se pode circular a mais de trinta quilómetros. E porquê? Porque são ruas ou que têm obstáculos, para impedir que os carros circulem com muita velocidade ou o passeio é delimitado da parte da circulação automóvel com um traçado contínuo (mas com toda a segurança). Não tem é o lancil. Quando falam em “passeio”, estão-se a referir, confundem... só há passeio, se houver lancil. Ora bem: pode haver passeio sem lancil. O lancil é representado através de um traço contínuo e naturalmente que uma intervenção num bairro de génese ilegal, é diferente da intervenção que se faz numa situação normalizada. Portanto, todas as ruas do Bairro do Moinho vão ter que ser intervencionadas, todas elas terão que ser devidamente pavimentadas, tem que se fazer as infraestruturas do esgoto, da água, tudo isso, porque tudo, neste momento, é um pouco provisório. Mas foi o bastante para.... Quer dizer, os cidadãos estão extremamente agradecidos, vejam bem, os residentes do Bairro do Moinho estão satisfeitiísimos (tinham aquilo tudo cheio de buracos e apesar do bairro ainda não estar legalizado, pelo menos a rua já está em condições de circulação), mas depois há uma série de gente que não mora lá, que não vive lá, que faz essas coisas, essas notícias nos órgãos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de comunicação social, nas redes sociais, como se fosse o fim do mundo. “Em Oeiras está-se a fazer uma rua sem passeio”. A razão é esta.-----

-----Por outro lado, como sabem, no nosso programa eleitoral, uma das áreas mais importantes, em que temos mais atenção, é aquilo que designamos “conforto urbano”. O conforto urbano é justamente a substituição de muitos passeios, dos materiais, sobretudo a chamada “calçada vidraço”, que alguns desses que escrevem nas redes sociais chamam “calçada à portuguesa”, porque não sabem o que é a calçada à portuguesa e então chamam calçada à portuguesa a tudo. Na realidade, a calçada de vidraço, que é aquela que predomina praticamente em todo o país, porque a calçada à portuguesa existe nalguns centros históricos, nalgumas zonas em pequena quantidade e depois é vidraço, que é o calcário que, com o desgaste que vai tendo, chama-se “vidraço” porque parece vidro e parece vidro porque as pessoas escorregam, particularmente os idosos. Partem pernas, partem a bacia, partem braços porque, naturalmente, são mais sensíveis e o que é que há que fazer? Há que paulatinamente, sobretudo nas ruas mais inclinadas, ir substituindo esses pavimentos em vidraço, por pavimentos mais confortáveis. Nuns casos é granito, placas de granito, noutros casos podem ser placas de calcário e noutros casos são mesmo placas pré-fabricadas, e isso está-se a fazer um pouco por todo o Concelho. É a Câmara Municipal que faz e nas competências delegadas, as juntas de freguesia também fazem. A propósito disso, vi nas redes sociais ainda ontem ou anteontem, a Junta de Freguesia de Carnaxide está a fazer uma série desses passeios na Solátia. Portanto, nas ruas onde se podem fazer passeios, fazem-se passeios. Faz-me lembrar, vejam bem, também vem às vezes nas redes sociais (são sempre os mesmos, repito), na Rua Sacadura

Cabral, acho que é assim que se chama, na Cruz Quebrada/Dafundo, há uma zona que tem um grande muro do lado poente, tem uma grande barreira, deve ter alguns dez centímetros, tem lá o lancil apenas para os autocarros e os carros não irem contra a parede e do outro lado tem uns prédios e tem mais trinta ou quarenta centímetros de passeio. Para fazer mais passeio ali (e isso já foi feito há mais de cem anos) ou se deitam os prédios abaixo (não se vão deitar os prédios abaixo) ..., portanto a alternativa é, quando houver oportunidade, criar ali um único sentido. Haverá, no futuro, condições para isso, quando for uma prioridade, mas será uma obra que custará milhões de euros, porque a alternativa tem que ser feita pelo Alto de Santa Catarina. Ora bem, portanto, tem que se conviver... O que é que se faz nessas zonas? Semaforiza-se. Nem em todo o lado se podem fazer passeios, não é possível, porque há sítios onde não há espaço para fazer o passeio e quando não há espaço para fazer o passeio, tem de se minorar com outras situações.-----

-----Dificuldade de as pessoas andarem a pé. Pois, há sítios onde é preciso alguma cautela. Por exemplo, mesmo em Oeiras, no centro da vila, no Largo da Boavista, quem vem de Santo Amaro em direção à Câmara, tem ali aquelas casas da Câmara que agora são habitação jovem, do lado direito, é um passeio muito estreito. Havendo um aumento de perigosidade na zona, só haverá uma hipótese: é colocar semáforos, estabelecer uma passadeira e criam-se condições de mais segurança para as pessoas. -----

-----A construção de habitação, que o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) referiu. Na realidade, vamos retomar um novo ciclo de habitação. Nós nunca parámos. É preciso vermos que de dois mil e cinco em diante... Em dois mil e três terminou o PER (Plano Especial de Revitalização) em Oeiras e devo dizer-vos o seguinte: julgo que todos viram uma reportagem na passada semana na SIC, sobre os bairros de barracas existentes na Área Metropolitana de Lisboa, particularmente em Loures e na margem sul, com bairros que têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mais de quinze mil pessoas a viver em barracas. Barracas miseráveis, que só fazem lembrar os musseques de Angola ou certas favelas do Rio de Janeiro. Realmente, um país que se diz desenvolvido, não pode ter esta situação. Não há desenvolvimento, com famílias a viver nestas condições. Não podemos dizer que somos um país desenvolvido, com pessoas a viver nestas condições. Acho que qualquer cidadão fica chocado ao assistir a essa reportagem. De dois mil e cinco em diante, até agora, o Município de Oeiras nunca deixou de fazer casas, designadamente habitação jovem. Mas é obvio que com orçamento, com financiamento exclusivo do Município, porque os sucessivos Governos de então a esta parte, não investiram na habitação. Naturalmente que houve conjunturas favoráveis a uma certa demagogia de gente interessada em que não se fizessem casas e todos sabem como de dois mil e oito, particularmente até dois mil e quinze, se dizia que havia casas a mais em Portugal, havia casas a mais na Área Metropolitana de Lisboa, que os preços nunca mais iriam ser os mesmos de dois mil e oito, etc. Bastou a Troika ir-se embora, entrou o Governo Socialista e em dois mil e dezassete já não havia casas. Em dois mil e vinte e dois as casas não estão ao nível de dois mil e oito, não... estão no dobro do preço de dois mil e oito. Finalmente, consciente realmente da gravidade desta situação e bem.... Reparem, em mil novecentos e noventa e três, tínhamos uma situação, um caldo de cultura parecido. Em mil novecentos e noventa e três, tínhamos um Primeiro-ministro a dizer que estávamos numa Democracia de sucesso: o Professor Cavaco Silva. Aliás, se ele fica na história do país, é por causa do PER. O PER é talvez das coisas mais importantes que foram feitas, além de investimentos sociais, creches, infantários, lares da terceira idade, etc. A habitação, o PER, foi, de facto, um marco fundamental. Mas ele nessa altura não estava

sensibilizado para isso, porque falava na Democracia de sucesso, mas não havia política de habitação que resolvesse globalmente o problema. Depois tínhamos um Presidente da República, não interessa se por boas ou más razões, que fez uma Presidência Aberta em noventa e três e que disse que era uma vergonha a miséria que havia aqui à volta de Lisboa. Recordo-me bem de vir com ele no autocarro ali na A Cinco, ele apontar para o Jamor e dizer para os jornalistas que vinham ali, das televisões e tal: “Estão a ver a miséria? Qual Democracia de sucesso? Vejam esta miséria”. Agora, por acaso, o Presidente da República atual não diz isso. A comunicação social, não restam dúvidas, que já elegeu este tema, como um tema da atualidade. Infelizmente, há que reconhecer - como sabem procuro ser sempre justo nas minhas apreciações – o atual Primeiro-ministro (talvez porque também foi Presidente da Câmara de Lisboa) resolveu avançar com um programa muito ambicioso, à dimensão do PER e até com uma definição de quem deve receber casa. Aliás, devo dizer-vos que essa definição é revolucionária, é um dos aspetos mais positivos da lei de bases da habitação, que é a definição de casa condigna. Ou seja: todos os portugueses têm direito a uma casa condigna, com dignidade. Propôs-se um programa de vinte e seis mil casas, mas de acordo com esta reportagem, já são precisas quarenta mil (ao que parece) e eu acredito que sim. Mesmo em Oeiras tem havido um exponencial de pedidos de habitação. Não duvido, já aqui o afirmei, das boas intenções do Senhor Primeiro-ministro e nós, o Município de Oeiras já está a beneficiar disso, aliás foi dos primeiros a beneficiar, porque como aqui já foi referido, no dia vinte e três (e os Senhores Deputados obviamente estão convidados para essa cerimónia), vamos assinar os primeiros contratos de um acordo que fizemos de cento e quatorze milhões de euros. Mas os contratos que vamos assinar, porque têm a ver com concursos que já estão em curso, são à volta de dezanove milhões que iremos assinar já, como digo, no dia vinte e três. Ou seja, há uma intenção boa, da parte do Governo e do Primeiro-ministro, em atacar este problema da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

habitação, mas, tenho para mim que não basta financiar, não basta dinheiro para resolver o problema. - -----

----- Não basta dinheiro do PRR ou do orçamento geral do Estado. Não chega e dentro de dois/três anos, será o Primeiro-ministro e o Governo que se vão aperceber disso, porque há aqui um problema fundamental, que é a carência de terreno para fazer habitação municipal. As pessoas aí verão que é certo que o desafio do combate e adaptação às alterações climáticas é o desafio deste século e, portanto, não vale a pena meter a cabeça na areia, mas atenção: é o desafio deste século, mas não pode sobrepor-se à dignidade humana. Não se pode sacrificar a dignidade humana, em prol da preservação da natureza e do ambiente. É possível e deve ser feita essa tentativa, conciliar as duas coisas. Por isso, em áreas urbanas, em áreas de alta densidade, só há uma solução (digo isto em todos os discursos que faço): afetar Reserva Agrícola Nacional para a construção de casas de habitação (exclusivamente habitação pública). Para isso, é necessário alterar a lei de bases dos solos. A lei de bases dos solos antiga tinha três classes de espaço de terrenos: rústico, urbano e urbanizável. Com esta lei de dois mil e catorze, trinta e um de dois mil e catorze, os municípios foram obrigados a alterar os Planos Diretores Municipais. No caso de Oeiras, tudo o que era espaço urbanizável passou a rústico e o espaço urbano que há, passou de duzentos e cinquenta euros o metro quadrado, para entre quatrocentos a mil euros o metro quadrado. Teoricamente, a lei era para evitar a especulação. Santa ingenuidade. Na realidade, aumentou a especulação. Obviamente que se a procura é superior à oferta, a especulação aumenta. Se não há terreno, se há menos terrenos para construir (apenas os urbanos), o preço dos urbanos aumenta e, portanto, obviamente que os donos do terreno

urbano enriquecem todos os dias e os portugueses empobrecem. É fundamental intervir nesta área.-----

-----Relativamente ao campo do UDRA (União Desportiva e Recreativa de Algés). Está prevista uma intervenção no relvado do UDRA, na Associação Desportiva de Oeiras, no Carlos Queiroz e cada uma das intervenções custa duzentos mil euros. Estão programadas e, portanto, em princípio, no próximo ano serão realizadas estas intervenções.-----

-----A propósito da ciência (alguém fez aqui uma intervenção sobre ciência), seria bom lembrar que, na última campanha eleitoral, o deputado do Livre fez uma campanha em Lisboa, o deputado não, o candidato a presidente da câmara do Livre, dizendo que ia apresentar à Câmara uma agenda da ciência, que seria a primeira câmara municipal do país a ter uma agenda da ciência. Em Oeiras, já temos esta agenda há mais de dez anos e afetamos um por cento do orçamento (o que quer dizer cerca de duzentos mil euros) à ciência no Concelho, não falando no investimento que não entra aí, por exemplo a Casa dos Cientistas, que são três milhões e tal. Isto significa que o senhor candidato à Câmara de Lisboa não conhece o país. Quer dizer, um município vizinho e ele dizia em grandes parangonas: “Agora é que vai ser, a Câmara Municipal de Lisboa vai investir na ciência e é o primeiro município em Portugal a investir na ciência.” Nós já o fazemos há muito tempo.-----

-----Vem a propósito dizer, que quem vive em Oeiras há menos de quinze, vinte anos é mais egoísta do que os que vivem em Oeiras há mais anos. Os que vivem há menos de quinze anos aqui no Concelho não têm noção do que era Oeiras. Não têm noção das transformações que este Concelho sofreu. E são que, vivendo bem (não sei se estão a ver, de “barriguinha cheia”, na sua casa confortável) dizem: “Não se pode construir na Reserva Agrícola, porque isso vai contra as alterações climáticas”. Construção de casas para pobres? Nem pensar! Na Reserva Agrícola? Não senhor! Justamente porque não conheceram a tal realidade que existia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em Oeiras, com os bairros de barracas. Quero dizer-vos que era rigorosamente igual à reportagem que passou na SIC. Aliás, recomendo a todos, embora seja chocante (devia ter lá uma “bolinha vermelha”), acho que é construtivo, acho que é pedagógico ver aquilo, para todos nós termos... Aí sim, devíamos ter um sobressalto cívico e dizer: “Não, esta situação não se pode manter, tem que acabar”. -----

----- Há uma questão que não percebi bem, julgo que foi a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), relativamente aos refugiados, que o Município tinha de garantir saúde e educação para os refugiados. Os municípios. Eu aí discordo. Não podem ser os municípios a suportar todos os custos do acolhimento dos refugiados. O Governo tem de suportar uma parte. Aliás, quero dizer-vos, também vi nas redes sociais qualquer coisa dizendo que o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras não queria refugiados afegãos. Não, nós aceitamos todos os refugiados, venham eles de onde vierem. Aliás, da Ucrânia, temos cá à volta de sessenta, que estão alojados pela Câmara Municipal e, naturalmente, que estamos a procurar enquadrá-los no emprego, na educação, na formação, nisso tudo. Foi realmente sugerido à Câmara Municipal um acolhimento de vinte ou trinta afegãos, penso que jornalistas (ou teriam sido jornalistas no Afeganistão). Perguntei ao Alto Comissário para as Migrações qual era o contributo do Estado e eram trezentos euros por mês. Trezentos euros por mês para suportar (e durante um ano apenas) ... E ao fim de um ano, qual é a situação? Tem que haver uma maior cooperação entre as câmaras e o Governo. Não pode ser apenas uma câmara municipal ou um município a suportar todas essas despesas. -----

----- Relativamente à Semana da Multiculturalidade. Estão a ver como não é preciso

nenhuma moção, nem recomendação? A Senhora Deputada referiu essa questão e é interessante, porque já pensámos várias vezes em fazer isto e nunca fizemos. Já várias vezes se pensou fazer, até porque nós somos um município multicultural, temos aqui cento e dezassete nacionalidades e faz todo o sentido fazer uma... desde a cultura, a música, às artes em geral, a gastronomia, etc. Faz todo o sentido e, portanto, registo com agrado e vamos procurar ver qual será o melhor momento, mas penso que faz todo o sentido fazer uma Semana da Multiculturalidade no nosso Concelho. -----

-----E é tudo. Muito obrigado.”-----

3.18. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) perguntou o seguinte: -----

-----“É muito rápido, só para dizer que em relação ao mapa estratégico do ruído, que eu perguntei quando é que estará prevista a sua conclusão, se já existe ou não data. É só essa a questão que ficou por responder.”-----

3.19. O Senhor Presidente da C.M.O. respondeu o seguinte:-----

-----“Não faço ideia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 455/2022 – GAP – relativa à Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal – Medalha de Honra (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Então penso que chegámos ao fim deste ponto do Período Antes da Ordem do Dia e iríamos entrar no Período da Ordem do Dia. -----

-----Temos como primeiro ponto a votação relativa à atribuição da Medalha de Honra de que falámos na última reunião. De qualquer modo e dado que se trata de uma votação nominal, terá de ser feito por voto secreto. Iria fazer e à medida que os Senhores Deputados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

forem votando, podem ir saindo e íamos fazer o nosso intervalo nesse entretanto.”-----

----- Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) diga se faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** observou o seguinte:-----

----- “O Partido Socialista pretendia fazer uma declaração relativamente a esta votação, antes da votação propriamente dita.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “A esta?”-----

----- **A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** disse o seguinte:-----

----- “Da votação que vai ocorrer. Antes da votação.”-----

----- É com grande honra e enorme satisfação que o Partido Socialista se associa à proposta do Município de homenagear o Professor José Manuel Constantino, Presidente do Comité Olímpico de Portugal, com a Medalha de Honra do Município de Oeiras.-----

----- Recentemente, foi condecorado pelo Senhor Presidente da República, com as insígnias da Grande Cruz da Ordem da Instrução Pública.-----

----- O Professor José Manuel Constantino continua a mover-se com o único desígnio de contribuir para a democratização e o acesso generalizado da população à prática da atividade física e desportiva.-----

----- O seu nome estará para sempre ligado a Oeiras e à origem da Corrida do Tejo em mil novecentos e oitenta e um, tendo-se distinguido igualmente com o programa de atividade física “Cinquenta e cinco mais”, revolucionário para a época.-----

----- Personalidade altamente inspiradora para os oeirenses, o seu legado e o seu

pensamento são uma fonte onde todos devemos beber e aprender, tendo em vista o prosseguimento de uma cultura do desporto e da atividade física no nosso Concelho. -----

-----Em entrevista recente à revista Trinta Dias, o Professor José Manuel Constantino refere que, do ponto de vista da generalização da atividade física, o Município de Oeiras deu um salto muito significativo. Salienta a relevância do ponto de vista social e comunitário desta circunstância sem deixar, no entanto, de nos lembrar que no domínio da prática desportiva de alto rendimento, o nosso Concelho está ainda aquém daquilo que era possível e que é o seu potencial.-- -----

-----Lembra-nos igualmente que não é possível desenvolver desporto sem cultura, daí a importância que a organização e a promoção da memória desportiva do Concelho, que é riquíssima e que necessita de ser reabilitada, para poder ser dada a conhecer aos oeirenses, que dela se devem orgulhar.-----

-----O Partido Socialista associa-se, pois, a esta medalha e sublinha o papel do Professor José Manuel Constantino no Comité Olímpico de Portugal. As suas reivindicações, o seu entusiasmo e a sua dedicação ao desporto são o caminho de um percurso exemplar, um contributo inestimável para o desporto municipal, nacional e mundial.-----

-----É tudo. Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** observou o seguinte: -----

-----“Não se compreende como muitas das propostas aqui apresentadas são de acontecimentos que já decorreram no passado. -----

-----Aborda e é apresentado à Assembleia Municipal o passado, todo o tempo, sem que os deputados possam intervir no futuro, com o voto de protesto do Chega, quanto à atribuição de uma menção à pior Ministra da Justiça de todos os tempos do PS.-----

-----Quanto ao Professor Doutor Manuel Constantino, muito bem atribuída, em razão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nunca ter estado envolvido em escândalos, excelente dirigente e que dignifica Portugal no mundo.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, nós, na última reunião da Assembleia, foi-vos posto à consideração que iria haver a atribuição da Medalha de Honra que tinha de ser votada nesta Assembleia, que teria de ser sancionada, digamos assim, nesta Assembleia. -----

----- Perguntei na altura se havia alguma oposição, se alguém contestava. Não havendo, e dado que esta medalha tem de ser uma aprovação por unanimidade, a Câmara Municipal avançou com a atribuição da Medalha de Honra ao Professor José Manuel Constantino. -----

----- Felizmente que, das intervenções que aqui ouvi, as pessoas sabem reconhecer qual foi o papel que o Professor Constantino tem desempenhado ao longo dos anos. -----

----- Devo lembrar à Senhora Deputada do Chega (que não estava cá nessa reunião) que foi colocada à consideração da Assembleia, se poderia avançar com essa atribuição e faríamos hoje a votação. -----

----- Por isso, vamos fazer a votação e a votação é sim/não. -----

----- O Senhor Presidente quer usar da palavra? Faça favor.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero usar da palavra, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu diria quase que em defesa da honra da Câmara, figura de estilo que nunca foi aqui usada -----

----- Em relação à condecoração ao Doutor José Manuel Constantino, não me vou referir

nem ao mérito nem aos fundamentos, acho que toda a gente está bem consciente do papel que ele desempenhou e desempenha no Concelho e no País. -----

-----Realmente não houve oportunidade de apresentar com a devida antecedência essa proposta aqui na Assembleia Municipal porque a sugestão, a proposta para ser atribuída essa condecoração surgiu (é a tal história, não nos lembramos de tudo) fora do calendário. Já não havia hipótese de a Câmara aprovar e vir à Assembleia Municipal. -----

-----Mas a minha intervenção é suscitada pelo que a Senhora Deputada referiu em relação à Senhora Ministra da Justiça. Para esclarecer o seguinte: nós não estamos aqui a avaliar... A condecoração que foi atribuída à Senhora Ministra da Justiça, nós não estamos a avaliar o seu papel como Ministra da Justiça. Como Ministra da Justiça cada um faz o juízo que entender e, portanto, não tenho nada a dizer sobre essa matéria. Acontece que a condecoração que é atribuída à Senhora Ministra da Justiça tem a ver com... Nós não atribuímos uma condecoração a quem quer que seja, sem mais nem menos. Tem que haver uma conexão qualquer com o Município. A Senhora Ministra da Justiça foi uma colaboradora extraordinária do Município no que diz respeito à gestão do património do Ministério da Justiça neste Concelho. Entre outras coisas, já há uns anos tínhamos celebrado um acordo, um protocolo relativamente a uma parte da antiga Quinta do Ministério da Justiça e agora com o Mosteiro da Cartuxa e terrenos adjacentes. Não tenho dúvidas que foi a vertente cultural desta ministra, que a levou a considerar que era fundamental que aquele património passasse para a jurisdição da Câmara Municipal. Portanto, quando nós atribuímos uma condecoração à Senhora Ministra da Justiça, é justamente para salientar o papel que ela teve nesta relação com o Município. Nós temos de ser gratos a quem, seja privado ou público, no exercício das suas funções, presta relevantes serviços ao Município. Foi o caso e quero vos dizer que até lhe vamos atribuir o nome de uma rua. Onde? É verdade. Vamos atribuir o nome de uma rua porque merece-o. E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

onde é que será atribuído? Justamente na zona do Mosteiro da Cartuxa. Há lá uma rua que tem uns plátanos (vai ser uma rua, ainda não é) e, portanto, iremos atribuir-lhe o nome de uma rua. Pode ser discutível o seu papel como Ministra da Justiça, eu também tenho (como calculam), a minha opinião acerca de todos os ministros e posso expressar essa opinião. Aqui na Assembleia Municipal julgo que dificilmente ouvirão a minha opinião acerca de um ministro, mas ali no corredor, sou capaz de fazer os mais diversos comentários acerca de cada ministro. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Para esclarecer que, em primeiro lugar, o Partido Socialista se associa, tal como foi dito pela Senhora Deputada Fátima Filipe (PS), com muita honra à Medalha de Honra que já foi entregue ao Professor Constantino, não só por aquilo que ele fez no Concelho, mas por aquilo que ele fez também pelo país, pelo desenvolvimento do desporto e, também, obviamente, a nível internacional. -----

----- Explicar à Senhora Deputada do Chega, que aquilo que está aqui a votar é a atribuição da Medalha de Honra, a atribuição do Grau de Honra e não, não está a votar a atribuição das medalhas de Grau Prata, Grau Bronze e Grau Ouro que foram atribuídas e decididas por quem de direito. Veja-se lá quem? A Câmara Municipal de Oeiras, que reuniu em Executivo e deliberou a entrega de várias medalhas para diferentes pessoas, com diferentes atividades e diferentes preponderância perante o Município de Oeiras. -----

----- Já agora, também para nos associarmos ao Senhor Presidente da Câmara e ao

Executivo que votou por unanimidade a entrega de todas as medalhas, na medalha que foi também entregue à Senhora Ex-Ministra da Justiça porque, de facto, se não fosse a clareza, a clarividência com que compreendeu aquilo que há tanto tempo era desejado pelo Município de Oeiras no que toca ao Convento da Cartuxa, provavelmente ainda não estaria hoje resolvido e esse facto - ao contrário daquilo que parece ser o reconhecimento da Senhora Deputada do Chega - nós queremos sublinhar e deixar claro que também nos associamos com a Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Muito obrigada.” -----

4.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação, por sufrágio secreto, esta proposta de atribuição da Medalha de Honra do Município ao Presidente do Comité Olímpico de Portugal, José Manuel Constantino, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e seis votos a favor. -

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 89/2022**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 455/2022 – GAP – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL – MEDALHA DE HONRA** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e cinquenta e cinco barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número dois da Reunião da Câmara Municipal, realizada a um de junho de dois mil e vinte e dois e deliberou por unanimidade dos presentes, em escrutínio secreto, com trinta e seis votos a favor, aprovar a atribuição da Medalha de Honra do Município ao Presidente do Comité Olímpico de Portugal, José Manuel Constantino, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da ata.” -----

----- INTERVALO -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Vamos recomeçar os nossos trabalhos, está feita a votação do ponto número um e vamos passar ao ponto...” -----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Foi aprovado... faça o favor.” -----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) interveio e disse o seguinte:**-----

----- “Queria dizer o seguinte:-----

----- Obviamente, associando-me àquilo que já aqui foi dito sobre a pessoa em causa, tenho uma enorme estima pelo Professor Constantino, mas não posso deixar de dar aqui uma nota, que pode ser entendida em tom de crítica, mas não queria que o fosse, queria que fosse em sentido construtivo. -----

----- A proposta que aqui nos chega, não tem uma nota sobre a pessoa em causa. O Senhor Presidente da Câmara, disse há pouco que aqui todos conhecíamos a pessoa, todos conhecíamos o Professor Constantino e eu tenho medo que assim não seja, aqui e a quem nos vê em casa. E, eu queria, com esta nota pedir à Câmara Municipal, que usasse todos os meios

que tem, de fazer chegar a informação, no sentido de realçar quem foi e quem é, o Professor Constantino. O muito que fez por esta terra, por este país e eu não ficava bem com a minha consciência se não deixasse aqui esta nota. Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Podemos então passar ao ponto dois.”-----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 480/2022 – DPU – relativa ao Req.º 4689/2021 apenso ao Proc. N.º 5/2021 – Licenciamento de Operação de Loteamento sito em Linda-a-Velha (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** referiu o seguinte:-----

-----“O que está aqui em causa, nesta proposta sobre uma operação de loteamento em Linda-a-Velha, não é propriamente a aprovação do loteamento, como sabemos, mas a redução da compensação em trinta por cento devida pela não consideração do equipamento coletivo. Nós apenas temos aqui algumas questões ou dúvidas:-----

-----Uma primeira, que tem a ver com alguma da documentação que foi apresentada. Naturalmente, parece-nos que a justificação é clara, mas seria útil termos mais elementos desenhados da própria operação de loteamento, nomeadamente nos aspetos que têm a ver com a justificação da redução da compensação paga. Nomeadamente, a contabilização dos espaços verdes, esta é uma dúvida que temos. Isto porque, na proposta, há indicação de que a operação de loteamento prevê um valor de área de espaços verdes, em dobro daquilo que seria devido, mas os documentos desenhados não têm esse valor claramente referenciado. Portanto, aparece uma imagem muito pequena e um quadro de áreas, onde este valor dos espaços verdes não está completamente definido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Por outro lado, há também uma menção na proposta, que tem a ver com um disposto no Regulamento do PDM, que é a consideração de espaços verdes em coberturas dos edifícios, como sendo admissíveis para esta contabilização. Enfim, não colocamos em causa que do ponto de vista legal isso esteja em causa, mas parece-nos importante (até porque vamos ter uma discussão em breve sobre a revisão do PDM), também distinguir aquilo que são espaços verdes, realmente de utilização coletiva, acessíveis a todos, daquilo que são os espaços verdes que estão em coberturas, que podem ser interessantes, de facto, do ponto de vista da promoção de várias componentes que a vegetação em coberturas pode desempenhar, mas não é exatamente o mesmo que um espaço verde completamente acessível ao público e de usufruto público. --- -----

-----Um terceiro aspeto, tem a ver com a rotunda que é apresentada e que, inclusivamente, é apresentada como uma justificação. Nós não temos, à partida, nenhuma objeção à solução viária apresentada, apenas, talvez, recomendar ou também colocar a questão, se esta rotunda tem a ver ou já incorpora no seu desenho, o que não nos parece, mas se incorpora alguma ideia de reperfilamento da Avenida Tomás Ribeiro. Na discussão, há pouco, o Senhor Presidente da Câmara mencionou projetos para a requalificação da Avenida Vinte e Cinco de Abril, uma avenida fundamental de Linda-a-Velha. Esta Avenida Tomás Ribeiro é também uma avenida importante de ligação entre Linda-a-Velha e Carnaxide. Poderá ser interessante equacionar, talvez numa fase posterior, aspetos como ciclovia, enfim, perceber um bocadinho melhor o desenho desta via para o futuro e ver com os promotores desta operação, provavelmente em fase de projeto de execução, que o desenho final desta interseção, seja

rotunda, outra que venha a ser definida, que incorpore também estas questões. -----

-----Portanto, eram estas três questões. Por um lado, desenhos mais detalhados, por outro lado, perceber bem, aquilo que é, efetivamente, a área verde e aquilo que está, efetivamente acessível ao público e aquilo que está, eventualmente, em cobertura, porque é mencionado. E, finalmente, se a rotunda incorpora ou não uma visão mais alargada sobre a requalificação da Avenida Tomás Ribeiro. Muito obrigado, são estas as questões.”-----

-----A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** disse o seguinte:-----

-----“Relativamente ao ponto dois, o empreiteiro vai fazer menos espaços verdes do que é suposto e a Câmara quer reduzir a penalização em trinta por cento, porque vão fazer uma rotunda. Isto não nos faz qualquer sentido e, por esse motivo, vamos votar contra. Obrigada.” --

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção: ----

-----“Relativamente a esta proposta de deliberação “Licenciamento de Operação de Loteamento em Linda-a-Velha”, na proposta pode ler-se e passo a citar: “Considerando que se trata de uma operação urbanística que irá permitir a requalificação/valorização do tecido urbano, o reforço da qualidade do espaço público e ao nível da acessibilidade local irá introduzir significativas beneficiações”. Poderíamos pensar que se tratava de melhorar acessos pedonais, espaços exteriores, espaços verdes, etc., mas não... a frase acaba “como é a realização de uma rotunda exterior à área de intervenção”. E, depois o Evoluir Oeiras é que é monotemático ... -----

-----Consideramos que:-----

-----Um) A rotunda que lá está é desadequada, enorme face ao local, onde deveria existir um cruzamento urbano e assim prejudica-se a coerência urbana com esta solução, que promove o carro em detrimento do peão. -----

-----Dois) A urbanização tem um índice de utilização do solo elevado (zero ponto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sessenta e sete), acima do índice médio fixado pelo PDM para o conjunto da UOPG Nascente (zero ponto sessenta e cinco).-----

----- Três) A abordagem do edificado não se adequa às boas práticas de densificação urbana que se pretende numa cidade compacta e manifesta um profundo contraste com as medidas necessárias à melhoria do espaço público e do ambiente urbano. -----

----- Quatro) A via pública e a priorização das acessibilidades e dimensionamentos de áreas para circulação e estacionamento automóvel estão profundamente erradas nesta proposta. Este projeto demonstra uma excessiva ocupação edificada e asfaltada em consideração com as áreas urbanas e verdes e os espaços pedonais amplos e contínuos que a população, de facto, necessita e que reduzem os impactos negativos face aos crescentes picos de temperatura. -----

----- Cinco) A proposta devia assegurar uma integração adequada das propostas edificadas, dos solos permeáveis e dos espaços verdes para reduzir o excesso de impermeabilização dos solos e o aumento das ilhas de calor, para garantir um meio urbano mais confortável, espaços públicos mais saudáveis e que promovam o convívio e as acessibilidades pedonais e que respalde uma maior eficiência energética e comportamento bioclimático nos edifícios. -----

----- Mas, sabemos, aliás como já aqui foi dito, o que aqui vem a apreciação é a redução de trinta por cento sobre o montante da compensação a pagar pela não cedência da área de equipamento de utilização pública, mas antes disso que fique registado que a proposta de licenciamento foi assim aprovada na Câmara Municipal. -----

----- A opção por não inclusão de equipamentos de utilização pública agrava a carência

destes na generalidade da zona que é limitada a oeste pelo núcleo mais antigo de Linda-a-Velha, com ruas estreitas e dificuldade de existência de espaços para implantação de equipamentos. Para leste e sul esses equipamentos também não existem nas ruas e nas praças mais próximas. -----

-----Em vez de se optar pela inclusão desses equipamentos, ainda entende o Executivo que a operação urbanística, por causa da dita rotunda, irá permitir a requalificação e valorização do tecido urbano, o reforço da qualidade do espaço público e ao nível da acessibilidade local irá introduzir significativas beneficiações, intervenção tão relevante que é digna de uma proposta de redução de trinta por cento sobre o montante da compensação a pagar pela não cedência da área de equipamentos. Em suma, uma rotunda que, quanto a nós, é um erro urbanístico, onde devia ser um cruzamento, ainda serve para aprovar a redução de taxas e por isso votaremos contra.” -----

-----O **Senhor Deputado Rui Nascimento (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Sobre esta proposta de licenciamento, deste ponto da Ordem de Trabalhos, temos a dizer que: -----

-----Esta é uma área que necessita realmente de ser requalificada. Uma área que se encontra degradada, numa zona urbana. -----

-----Pelo que se encontra descrito nesta proposta de deliberação, a requalificação está de acordo com a morfologia das edificações circundantes, tanto para habitação como para o comércio e serviços. Já a questão do comércio, é uma questão que consideramos que é importante pois ter um comércio local diversificado permite que a população opte pelo comércio de proximidade, diminuindo a necessidade de deslocações. -----

-----Salientamos a cedência de uma área, espaços verdes mais do dobro da área devida. -

-----A nível da solução das acessibilidades parece-nos adequada, com a construção de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma rotunda na Avenida Tomás Ribeiro, deixando o Partido Socialista a sugestão que na mesma seja adaptada aos meios de mobilidade ciclável e pedonal, soluções que já existem noutros pontos do Concelho e que devem ser previstos neste caso e que já foram referidos aqui por outras forças políticas aqui presentes. Tenho dito.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhora Deputada do Chega faça o favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** referiu o seguinte: -----

----- “O Partido Chega face à falta de informação, informação pouco clara e precisa relativamente a este assunto, vai-se abster.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente quer intervir.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Quero Senhora Presidente, impõe uma palavra porque a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) não esteve a falar deste processo. Esteve a falar de outro processo qualquer, é “copy/past”, verão que ela irá dizer exatamente o mesmo em todos os processos que vierem aqui desta natureza. Irá ser exatamente a mesma conversa e os mesmos argumentos. Tudo quanto disse não tem rigorosamente nada a ver com este processo, o que se compreende, é de quem não conhece minimamente aquele espaço. -----

----- Na realidade, estamos a falar de um espaço onde os edifícios, alguns já foram demolidos e, portanto, eram edifícios, realmente, muito degradados. Estavam ocupados com

famílias que já foram realojadas, com a comparticipação também e é curioso... não sei se foi enviada a planta síntese a todos os Senhores Deputados, presumo que tenha sido (esta planta). Basta olhar para esta planta para verificar que aquilo que a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse não tem nada a ver com esse processo.-----

-----Quem conhece aquele local sabe que se trata do fecho do quarteirão, do Largo Rui Pereira e recordam-se bem, da chaga que estava ali com aqueles prédios todos velhos, etc. -----

-----Segundo: todos conhecem o acesso ao Bairro Vinte e Cinco de Abril. Só a resolução do acesso ao Bairro Vinte e Cinco de Abril, já justificava esta redução de trinta por cento. Por outro lado, não é a Câmara, é a lei. A Câmara está a aplicar a lei. Esses trinta por cento, na questão dos equipamentos, é a lei. É a lei que estabelece que pode ser feito em determinadas circunstâncias.-----

-----A rotunda: esta é fundamental naquela zona, onde há conflitos de tráfego e acidentes para quem vem do Bairro Vinte e Cinco de Abril. De maneira que, a funcionalidade que vai ter a Avenida Tomás Ribeiro e a ligação ao Bairro Vinte e Cinco de Abril, muda radicalmente, em termos de segurança de toda aquela situação. -----

-----Passeios: passeios largos. Portanto, o peão está aqui perfeitamente salvaguardado. --

-----Espaços verdes...que a lei estabelece. Por outro lado, nós não estamos numa política de pequeninos espaços verdes. Nós estamos muito mais interessados em termos espaços verdes com uma certa dimensão.-----

-----Equipamentos? Bom, vai haver cedência do terreno para equipamento no antigo Quartel do Depósito de Material de Adidos, onde vai ser construído o Auditório de Linda-a-Velha. Portanto, o que a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) esteve aqui a fazer, foi a passar um atestado de incompetência aos técnicos da Câmara, porque, na realidade, não é o Presidente da Câmara que faz isto e também não é o promotor. O promotor é o Montepio, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não estou em erro. -----

----- O projeto é apresentado e a Câmara Municipal, os técnicos da Câmara, o Departamento de Planeamento da Câmara é que dá, digamos, os parâmetros necessários para que este loteamento (julgo que nem é um loteamento, acho que é um licenciamento), para aquilo que são as áreas de circulação, seja do automóvel, seja pedonal, os passeios, etc... claro tinha um pedido de informação prévia, devidamente aprovado. E, portanto, são os serviços técnicos da Câmara Municipal que definem, de acordo com aquilo que é a imagem urbana daquele território. O encerramento do quarteirão e a flexibilidade e adequação daquela área da Avenida Tomás Ribeiro, a uma melhor circulação de carros e peões.-----

----- E, mais, neste momento ali é uma das áreas, eu sei que o Bloco de Esquerda não gosta de estacionamento, não sei se vem de bicicleta a pedal aqui para a câmara, mas não gostam de estacionamento. Isto porque, defendem aquela tese de “quanto mais estacionamento e mais estradas, mais automóveis”. Nós temos uma tese contrária: “quantos mais lugares de estacionamento e quantas mais estradas, menos é a poluição, mais rápida é a circulação, mais se combate as alterações climáticas e menores consumos. Portanto, há só vantagens em ter áreas de estacionamento, porque é isso que liberta os passeios para os peões, em vez, estarem ocupados com carros. -----

----- Se forem à noite ao Largo Rui Pereira, nesta zona, veem que é muito difícil os carros passarem por baixo do túnel, há lá um túnel, por debaixo de um prédio e que é complicadíssimo os carros passarem por ali para irem não só para o Bairro Vinte e Cinco de Abril, mas para o outro bairro anexo ao Vinte e Cinco de Abril e que confina com a Avenida

Vinte e Cinco de Abril. E, estava a falar de estacionamento, são cem lugares de estacionamento privado e doze público. Portanto, é um licenciamento que já resolve o estacionamento e até lhe sobra relativamente aos apartamentos que ali vão ser construídos. -----

-----Portanto, são os técnicos da Câmara, não são os técnicos do Montepio, ao lado do promotor, são os técnicos da Câmara Municipal que definiram este layout. De maneira que, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) rodeada, com certeza, de uma equipa de grandes arquitetos e engenheiros, chegaram à conclusão que os engenheiros e arquitetos da Câmara estão todos enganados. Sim, porque realmente a Senhora Deputada falou com toda a ciência e conhecimento da situação. Pena é que a exposição que fez, os pontos que elencou, podem-se aplicar a outro sítio qualquer, a Lisboa, a Almada, a Setúbal, mas não em Oeiras. Em Oeiras não, porque tudo o que disse nada tem a ver com isto. Portanto, ao menos quando se argumenta que se argumente com conhecimento e não com “copy/past”.-----

-----Este projeto é exatamente o contrário do que a Senhora Deputada disse. Cria conforto e segurança a peões. Cria conforto/segurança à circulação automóvel. Cria espaços verdes e cria, sobretudo, condições de acesso, seguros, ao Bairro Vinte e Cinco de Abril. Neste momento, é uma nesga que está lá, por acaso também não tem passeios, até me admira... estão a ver? Ali é o tal caso em que não tem passeios, mas vai ter. Agora, com este projeto, vai ter passeios, mas agora não tem. E, vai ter passeios porquê? À custa do outro lado? Não, porque do outro lado está lá um prédio. À custa do lado de cá, que vão ceder o terreno, naturalmente para o alargamento do arruamento, para o dobro do que está lá e a construção dos respetivos passeios.-----

-----Portanto, é lamentável que se utilizem argumentos desta natureza e eu devo dizer que já vi aqui votar contra estas situações por convicção. Já tive vereadores na Câmara de Oeiras, que votavam contra os loteamentos, contra as licenças de construção. Porque são contra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

o urbanismo, são contra a construção. Mesmo com o Plano Diretor Municipal, seja um terreno... que é o caso, é um terreno urbano no Plano Diretor Municipal, etc., mas votam contra. Votam contra, desde que seja construção é para votar contra. Pronto, é coerente desde que votem sempre contra. Agora, votar contra com argumentos que não correspondem à realidade do território, não faz sentido. Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) disse o seguinte:-----

-----“Eu coloquei algumas questões que gostaria de ver também respondidas. O Senhor Presidente respondeu apenas à Senhora Deputada do Evoluir Oeiras. -----

-----Eu posso repetir. O Senhor Presidente apenas respondeu à Senhora Deputada do Evoluir Oeiras e eu também coloquei algumas questões mais concretas. Tinha a ver com a questão da eventual requalificação ou ideias de requalificação da Avenida Tomás Ribeiro, que possam estar presentes ou não, no desenho apresentado para a rotunda. E, por outro lado, uma sugestão de informar, talvez com mais alguns elementos desenhados ou com alguns elementos mais específicos, aquilo que são as áreas verdes de utilização pública e acessível ao público relativamente àquelas que são consideradas de cobertura. Isto porque o documento fala destas áreas verdes nas coberturas, mas não as quantifica e não as desenha. E, portanto, ficamos, às vezes, sem saber muito bem, como é que está a ser contabilizada essa área verde que justifica também a redução do pagamento. Muito obrigado.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“O projeto, em relação às áreas verdes, respeita aquilo que a lei estabelece, portanto, são dois mil e tal metros quadrados. Naturalmente que, do âmbito da construção,

podem fazer outros espaços verdes privados. O projeto corresponde, digamos assim, às cedências para o domínio público. -----

-----Em relação à requalificação da Avenida Tomás Ribeiro, obviamente que se vai notar uma diferença neste troço que vai ser objeto de intervenção do restante, de toda a Avenida Tomás Ribeiro.-----

-----Qual é a programação que a Câmara Municipal tem, justamente dentro daquele conceito do conforto urbano. O que está previsto, como sabem foi requalificada a Avenida Carolina Michaelis e, já agora, nunca será demais lembrar que, quando a Avenida Carolina Michaelis estava a ser requalificada, choviam reclamações. Lembram-se bem, com o argumento de que a Avenida era estreita e que se um carro estacionasse em segunda fila, uma ambulância não podia passar. A realidade veio desmentir isso tudo, porque a profundidade do estacionamento está feita para carros grandes, até carrinhas para cargas e descargas e, portanto, acabaram as reclamações com a entrada em funcionamento da Avenida Carolina Michaelis. Não há nenhuma reclamação e os carros, qualquer um pode ver, eu já fiz esse exercício, pode estar um carro em segunda fila e os outros carros passam da mesma maneira. -----

-----Portanto, havia muitos “engenheiros”, tipo Mónica Albuquerque (EO), desses que diziam que legalmente aquilo não ia funcionar, que os engenheiros da Câmara eram uns tontos, que não sabiam o que estavam a fazer... bom, agora calaram-se todos. Como se calaram, como sabem, os economistas, os comentadores políticos, os ativistas políticos, todos aqueles que, entre dois mil e oito e dois mil e quinze, diziam que havia casas a mais e que as câmaras municipais e os presidentes de câmara eram uns tontinhos também, porque tinham planos diretores municipais com tanta construção aprovada que nem o território de Espanha chegava... isto está escrito, para construir essas casas todas.-----

-----Bom, afinal, bastou pouco tempo para já não haver casas. Aqui era a mesma coisa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Havia uma quantidade de “engenheiros” que eu não quero ofender os engenheiros, que realmente diziam a Avenida Carolina Michaelis não ia funcionar. Ora bem, funciona e muito bem. -----

----- Qual é a programação: está a Carolina Michaelis, a seguir será a Avenida Vinte e Cinco de Abril que tem o projeto pronto. É uma obra que vai custar um milhão e oitocentos mil euros, porque é a Avenida Vinte e Cinco de Abril mais algumas adjacentes. Por exemplo, a Praça Manuel Cruz, foi o primeiro Presidente da Junta que era socialista por sinal. O primeiro Presidente da Junta de Linda-a-Velha, que é uma grande praça em frente ao Pingo Doce. Portanto, tudo isso vai ser arranjado. -----

----- Depois, temos uma terceira intervenção na Avenida Dom Pedro V, portanto, na zona ocidental e depois temos, finalmente, a Rua Tomás Ribeiro. Portanto, a Rua Tomás Ribeiro será a última a ser intervencionada. Portanto, Carolina Michaelis, Vinte e Cinco de Abril, Dom Pedro Quinto e Tomás Ribeiro. E, naturalmente que, o modelo, digamos, da intervenção será este que se vai verificar aqui nesta zona, nesta rotunda de acesso à Vinte e Cinco de Abril. E, naturalmente que, quando os técnicos da Câmara Municipal definem os parâmetros desta intervenção, estão a pensar no perfil de toda a avenida, porque terá que haver ali alguma uniformidade. É isso que é integração, não é olhar, como a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) faz, isoladamente... se olharem, porque na realidade não me parece que tenham olhado, porque se tivessem olhado tinham visto que aquilo é quase uma avenida de acesso da Avenida Tomás Ribeiro, Vinte e Cinco de Abril e quem passa ali todos os dias, sabe muito bem a dificuldade que há em aceder da Tomás Ribeiro à Vinte Cinco de Abril e acho que

da Vinte e Cinco de Abril à Tomás Ribeiro julgo que até é sentido proibido, portanto, aquilo só tem um sentido. Muito obrigado.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), dois do Partido Social Democrata (Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (João Bruno Canelas Cascão) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com uma abstenção do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos). -----

-----O Senhor Deputado Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 90/2022** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º. 480/22 - DPU - REQ.º. 4689/2021 APENSO AO PROC. N.º. 5/2021 - LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO SITO EM LINDA-A-VELHA** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e oitenta barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número trinta e nove da Reunião da Câmara Municipal, realizada a oito de junho de dois mil e vinte e dois e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal e um

do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar o licenciamento da operação de loteamento de um prédio sito entre a Avenida Tomás Ribeiro e a Rua José Pereira da Costa, em Linda-a-Velha, bem como a redução em trinta por cento sobre o montante da compensação a pagar pela não cedência de área de equipamento de utilização pública, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 496/2022 – DCS – relativa à atribuição de participações financeiras às Juntas de Freguesia das Uniões de Freguesias/Juntas de Freguesias para apoio alimentar (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) disse o seguinte:-----

-----“Só referir o cuidado e agradecer à Câmara Municipal, a transferência que está prevista através desta deliberação, porque, de facto, as Juntas de Freguesia têm sentido através dos parceiros do banco alimentar que cada vez vêm menos produtos e géneros alimentares. -----

-----No caso da União de Freguesias de Oeiras, São Julião, Paço de Arcos e Caxias, nós já gastámos este ano, cerca de vinte e seis mil euros, não vamos ficar por aqui, mas não podemos deixar de agradecer ao Senhor Presidente e à Doutora Teresa Bacelar, o cuidado e a preocupação que revelam com esta proposta, através da transferência para as Juntas de uma verba que nos permite transferir também para os parceiros, a possibilidade de reforço dos produtos. Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Deputada Carla Santos (CH) disse o seguinte:-----

-----“Tratando-se de atribuir participações financeiras às Juntas de Freguesias,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

peçoas que são carenciadas, é de louvar o que a Câmara Municipal de Oeiras está a fazer. Contudo, devem existir critérios na atribuição e na posterior divisão por quem, efetivamente, merece e tem necessidade destes bens. Parece, contudo, que há associações que estão a deixar de ser comparticipadas pela Câmara Municipal de Oeiras, por motivos que se desconhecem. Não sei se isto é para fazer alguma compensação ou não. Disse.” -----

----- O Senhor Deputado David Ferreira (EO) referiu o seguinte: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras, gostaria de fazer algumas observações que consideramos pertinentes. -----

----- Ora, certamente que uma comparticipação financeira para apoio alimentar descentralizado para as Freguesias, terá o nosso voto favorável. A grande questão que nos leva a intervir hoje tem a ver com a distribuição monetária, verificamos que esta não é compreensível nem parece equilibrada. Olhamos para o número de famílias apoiadas em dois mil e vinte e um e verificamos que existem diferenças acentuadas entre as Freguesias, o que é perfeitamente normal, tendo em conta a população geral de cada uma delas. -----

----- Rapidamente percebemos que não existe também uma proporcionalidade nos valores. -----

----- Porto Salvo, em cento e noventa e oito pessoas apoiadas, recebe dez mil euros. -----

----- Carnaxide e Queijas, com mil e noventa e duas pessoas apoiadas, recebe quinze mil euros. Estes valores nada têm de proporcional e mais estranho ficam quando encontramos a informação de que cada cabaz alimentar fica a rondar os dezassete euros. Isto significa que o valor real necessário para cada pessoa necessitada ter direito a um cabaz fica nos seguintes

valores em cada Freguesia:-----

-----Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada-Dafundo: doze mil oitocentos e dezoito euros, valor aproximado aos doze mil quinhentos indicados, tudo bem.-----

-----Carnaxide e Queijas: dezoito mil e quinhentos e sessenta e quatro euros, valor acima dos quinze mil euros previstos.-----

-----UFOPAC: dezassete mil, quinhentos e quarenta e quatro euros, também acima do proposto. -- -----

-----Depois, temos o cenário de Porto Salvo e Barcarena. Barcarena bastariam quatro mil oitocentos e onze euros e Porto Salvo, para compartilhar esses cento e noventa e oito cabazes precisava apenas de três mil trezentos e sessenta e seis euros. Ambos ficam longe dos dez mil euros propostos.-----

-----Compreendemos que possam existir fatores que obriguem a que estas Freguesias tenham menos autonomia para cobrir estes problemas de carência alimentar, são Freguesias com menos habitantes, menos recursos, é natural. O que se exige aqui é uma explicação mais lógica e causal na proposta que analisamos hoje. No nosso entender, faria sentido que existisse, por exemplo, um valor de base nos sete mil e quinhentos euros ou dez mil euros e depois, se o número de pessoas excedesse o valor de base de apoio, que fosse acrescentado um valor per capita tornando a distribuição dos valores justa e proporcional.-----

-----Concluo as observações com uma seguinte observação. Nesta proposta, recebemos apenas um pedido formal de apoio financeiro por parte da Freguesia de Carnaxide e Queijas que justifica, de forma clara, a necessidade de apoio. Seria interessante ter acesso aos pedidos das outras Juntas, isto é, se existirão esses pedidos formais. Tirando o processo da Freguesia de Carnaxide e Queijas ficamos com a ideia que os seguintes valores foram acordados de forma informal com as restantes Freguesias.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Antes de concluir a minha intervenção, gostaria de deixar apenas uma questão.-----

----- A forma como se explicou a atribuição deste apoio em Reunião de Câmara deixou-nos um pouco confusos. A Senhora Vereadora Teresa Bacelar quando questionada, em Reunião de Câmara, acerca desta matéria referiu o seguinte e passo a citar: “Isto são valores de base a que se chegou tendo em conta o número de pessoas por agregado familiar, porque há agregados familiares com uma pessoa e há agregados familiares de dez pessoas, por exemplo”. Ora, na proposta lê-se algo diferente, lê-se o seguinte: “Como critério, deverá ser considerado o número de pessoas abrangidas pelas atuais respostas alimentares em cada União/Junta de Freguesia, refletido no seguinte quadro”, quadro esse que refere os números que abordei há pouco. Portanto, em que é que ficamos? A atribuição dos cabazes é feita de forma per capita ou por agregado familiar? E já agora, cada Freguesia gere os recursos de forma autónoma e se existe algum regulamento ou método que estas devem seguir. Disse.” -----

----- A Senhora Deputada **Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** referiu o seguinte: -----

----- “Só para dar um esclarecimento à Senhora Deputada do Chega. -----

----- Dizer que todas as pessoas e famílias que estão apoiadas pelo banco alimentar, são avaliadas pelas técnicas sociais de todas as Freguesias e é uma avaliação que tempestivamente, periodicamente é feita. Isto é, não são as técnicas, nem os elementos dos Executivos que definem a quem é que se atribui o banco alimentar. O banco alimentar tem regras muito rígidas que são permanentemente atualizadas e avaliadas em função da situação da pessoa, do agregado familiar. -----

-----Relativamente às outras questões que foram suscitadas, eu escuso-me de responder, porque há critérios, como é óbvio e a Câmara tem-nos e com certeza que, ou o Senhor Presidente ou a Doutora Teresa responderão às questões que foram suscitadas pelo Grupo Político Evoluir.”-----

-----A **Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** disse o seguinte:-----

-----“A Proposta de Deliberação para discussão e votação diz respeito à Mercearia Social sob a responsabilidade das Uniões/Juntas de Freguesia, que cito “dão globalmente resposta a mais de mil e cem pessoas, num total de quatrocentas e cinquenta famílias, em situação de vulnerabilidade, com periodicidade mensal, sendo o abastecimento de produtos alimentares assegurado por apoio financeiro do Município de Oeiras e doações de particulares e entidades.”-----

-----Trata-se de um apoio complementar de “resposta social a par do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (APMC) e uma alternativa à resposta do Banco Alimentar e Cantina Social”. cremos que os destinatários estarão não só identificados pela Segurança Social, no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, como se tratará de cobrir e dar resposta a situações de pedidos de apoio de emergência permanente, identificados e validados pelas Juntas de Freguesia.-----

-----No atual contexto de dificuldades e do aumento dos preços dos produtos alimentares e de maior fragilidade socioeconómica, verifica-se igualmente a diminuição dos apoios de mecenas empresariais ou particulares, acentuada pela recente crise trazida à Europa pela guerra e pelo necessário apoio ao povo da Ucrânia.-----

-----Senhora Presidente, face à proposta trazida e dado que consideramos que a proposta não é clara, que nos quadros tanto se fala em número de pessoas, como se fala em subsídios atribuídos, como se propõe a atribuição de subsídios por intervalo de cidadãos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deixamos aqui algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas:-----

----- Qual é o período temporal a que se destina a presente proposta? Ao ano de dois mil e vinte e dois? Ao primeiro semestre? Ao segundo semestre?-----

----- Qual é o valor atribuído por pessoas? Está garantida a justa e adequada distribuição por pessoa?-----

----- Qual a razão para que haja variações nos números de pessoas nas diferentes freguesias, de dois mil e vinte e um para dois mil e vinte e dois?-----

-----E ainda, dado que a informação refere, e cito “o Plano Municipal de Combate ao Desperdício e Carência Alimentar, em apreciação, que deverá constituir a pedra basilar da organização das respostas alimentares no Concelho de Oeiras”, aproveitamos para questionar em que ponto está esta proposta.-----

-----Estes esclarecimentos são necessários para que o nosso voto garanta o justo equilíbrio e distribuição por todas e todos os que procuram nesta solução a mitigação da situação em que se encontram. Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** disse o seguinte:-----

-----“O Município de Oeiras gere e atribui os subsídios sociais de uma forma exemplar, e um bom exemplo disso foram os apoios que têm vindo a ser dados desde que surgiu a pandemia da COVID-Dezanove.-----

-----O Município de Oeiras trabalha em concertação e em rede com várias entidades, com a Segurança Social, com a Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, com as várias Juntas e

Uniões de Freguesias do Concelho e também com as várias entidades sociais do Concelho de Oeiras e todos nós trabalhamos em rede e articulação. -----

-----São vários os apoios que são dados à população, que podem ser dados através de atendimento psicológico, atribuição de cabazes entre outras medidas. Eu destaco um apoio muito importante que já existia, não foi criado na altura da pandemia, que é o Fundo de Emergência Social. É um Fundo que existe já há vários anos, foi criado pelo Município de Oeiras e que serve para resolver problemas de emergência que podem ser o pagamento de rendas em atraso, o pagamento da conta da água ou da luz ou outras situações de emergência. Eu vou dar-lhe um exemplo, relativamente a Carnaxide e Queijas, no ano de dois mil e dezanove, antes da pandemia, o Gabinete de Ação Social da União Freguesias ativou dezanove apoios, sendo o valor total de dezassete mil duzentos e setenta e nove euros em dois mil e dezanove. Em dois mil e vinte e dois, no ano da pandemia, ativámos cento e quatro apoios, o que totalizou, cento e setenta e quatro mil, quinhentos e quinze euros. Vejam só a diferença, de dezassete mil para cento e setenta e cinco mil. No ano de dois mil e vinte e um, tivemos cento e oitenta e seis apoios, o que totalizou, só no nosso caso de Carnaxide e Queijas duzentos e quarenta e dois mil trezentos e oitenta euros, imaginem este trabalho vezes cinco. -----

-----Dizer-vos que, para estes processos, o apoio não é atribuído de imediato, nós temos que abrir um processo, recolher dados, analisar dados e então atribuir os subsídios e é para esse período, para um apoio imediato é que temos vindo a solicitar este apoio desde o ano de dois mil e vinte. E, no nosso caso, nós adquirimos cartões solidários e temos vindo a entregar a essas famílias carenciadas ou que passaram a estar numa situação de carência, no imediato, enquanto outros apoios são acionados. De referir que, estes apoios, tal como acontece com outros géneros de apoios, sempre que não gastamos as verbas, apresentamos anualmente os comprovativos dos gastos e caso não tenhamos gasto devolvemos ao Município de Oeiras. Por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

isso, este apoio é muito importante para a nossa população. Este ano, para além da questão da COVID-Dezanove (que ainda não está resolvida), prevemos uma situação ainda mais grave, por causa da guerra da Ucrânia e, por isso, contamos com o vosso apoio na aprovação desta proposta. É tudo.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

-----“Estamos em condições de votar esta proposta? O Senhor Presidente quer esclarecer? Faça favor Senhor Presidente.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Em primeiro lugar, eu queria lembrar... compreendo este rigor da Assembleia, rigor e transparência. Estamos a falar de transferências financeiras da Câmara Municipal, não para uma entidade qualquer, mas para as Freguesias.-----

----- Não deixa de ser interessante que quem mais suscita dúvidas, desconhecimento de critérios, são justamente aqueles que, com frequência, dizem que a Câmara não transfere as verbas necessários para as Freguesias e que devia transferir mais dinheiro. É curioso que nunca governaram uma Freguesia, mas, realmente, têm agora muitas preocupações com esta situação.

----- As Freguesias prestam contas à Câmara Municipal. Elas prestam contas deste dinheiro que é transferido para as Freguesias. Naturalmente que, a União de Freguesias de Carnaxide Queijas, a União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias ou a União de Freguesias de Algés, Cruz Quebrada-Dafundo têm verbas superiores porque têm três vezes mais população, que Barcarena ou Porto Salvo. -----

----- Por outro lado, naturalmente que a composição das famílias diverge. Naturalmente

que, uma família constituída pela mãe e por um filho de seis meses é diferente, não só de uma mãe e cinco filhos, como até é diferente de uma mãe com um filho também, mas este com vinte anos. E, se o filho for doente, pior ainda, se necessita de determinados cuidados na alimentação, etc., por aí fora. Portanto, como veem, não é possível estabelecer critérios tão densificados que contemplem todas as situações da vida. De maneira que, são estabelecidos critérios, normalmente quantitativos, é difícil ir a critérios de natureza qualitativa para fazer o cálculo das verbas a transferir para as Freguesias. E aqui de duas uma, ou a Freguesia utiliza o dinheiro para essa finalidade ou não utiliza e devolve-o à Câmara, ou esse dinheiro é suficiente, ou não é. De tal forma que, eu devo dizer...julgo que foi o Partido Socialista que perguntou qual era o período temporal do subsídio. Não tem período, quando se acabar há mais, é assim que funciona. Quando uma Freguesia esgota o plafond, e por qualquer razão pode esgotar rapidamente, basta que apareçam e todos os dias aparece... é que muitas vezes, muita gente fala por mera retórica e alguns até se regozijam dizendo: “Bom, é que agora são mais cem famílias e com os despejos que aí vêm e com isto e com aquilo são cada vez mais famílias”. E, às vezes, até querem justificar, mas, na realidade, há mesmo mais famílias. Estamos a assistir a uma fase em que durante o COVID havia uma determinada situação, agora continuamos com o COVID, mas, obviamente, que, do ponto de vista social é natural que haja mais famílias que recorram a este apoio das Freguesias ou da Câmara Municipal, se quiserem.-----
-----Todos se lembram que durante o período do COVID, eu disse aqui várias vezes, que em Oeiras, não havia necessidade de que quem quer que fosse passasse fome. Eu não admito que alguém passe fome neste Concelho. E, se alguém me disser que há fome no Concelho digam-me onde é que ela está. Porque a Câmara Municipal disse que não ficava ninguém para trás. De maneira que, quando a Senhora Deputada do Chega diz que Bom, a Segurança Social, por exemplo, cortou apoio alimentar a vinte mil famílias de um dia para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

outro. Bom, é claro que vão bater à porta. -----

----- Bom, a Senhora Deputada do Chega, diz que há associações descontentes com essa situação e só há uma solução, diga quais? Porque, de duas uma, ou não estão a dizer a verdade, ou não expõe o problema a quem de direito. Isto porque se essas associações falarem com os Presidentes de Junta de Freguesia ou na Câmara Municipal, no Serviço Social da Câmara, têm apoio. Portanto, a Câmara Municipal continua a garantir que qualquer família neste Concelho que tenha necessidade de apoio alimentar, através da Câmara ou das Juntas de Freguesia ou de IPSS que estão credenciados pela Câmara, é-lhes facultado esse apoio alimentar. Reafirmo, não há ninguém com necessidade que possa passar fome, porque não tem apoio.” -----

----- **A Senhora Deputada Carla Santos (CH) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção:-----

----- “Pois então diga qual é a associação. Se há descontentamento da associação por haver uma ausência qualquer de apoio, Senhora Deputada, diga qual é a associação, se já pediu apoio, se foi recusado. Isto porque, basta que a associação despiste a família e diga estão aqui estas duas, três famílias, basta dizer à Junta de Freguesia e esta passa a dar apoio a essa família, passa a dar-lhe o cabaz. É assim que isto funciona. -----

----- Na realidade, de vez em quando nós pomos nas redes sociais também, dizendo que é assim, qual é a metodologia, etc.-----

----- Portanto, os critérios, neste momento, são estes. O subsídio, que agora é atribuído ou esta transferência, visa satisfazer as necessidades atuais, se daqui a dois meses, ou três

meses ou seis meses, a Freguesia “a” ou a Freguesia “b”, não é obrigatório que seja igual para todos, obviamente que é em função da necessidade de cada Freguesia. Portanto, pode haver mais problema de desemprego numa Freguesia do que noutra. Pode haver problemas de mais envelhecimento numa Freguesia do que noutra, famílias que são mais despojadas de uma freguesia do que outra. E, portanto, em função disso, são identificadas as famílias e apoiadas. É assim que deve ser, e é assim que funciona. -----

-----Se porventura o montante que é transferido, a Freguesia, por qualquer razão, não utilizar, não precisar desse dinheiro, devolve-o à Câmara. Portanto, as Freguesias são obrigadas a prestar contas à Câmara da forma como utilizam esse dinheiro. Portanto, há aqui total transparência. Os critérios podem ser melhor afinados? Podem, mas o critério aqui é que não queremos que falte nada. Portanto, se uma Freguesia nos diz que precisa de vinte mil euros, a Câmara transfere os vinte mil euros. A Freguesia tem depois que justificar que esses vinte mil euros foram utilizados para comprar bens alimentares para distribuir às famílias. -----

-----Portanto, o que é importante aqui é o critério, em que situações é que se considera que a família está num estado de necessidade, que os técnicos de serviço social avaliam. Isso é que é importante. O importante não é a transferência da verba. O critério de distribuição, neste momento, pode até ter aqui algumas disparidades. Mas, essa disparidade não tem qualquer consequência, porque na realidade se a Freguesia “a” ou a Freguesia “b” esgotarem mais rapidamente essa verba requerem novamente à Câmara. E tenho que fazer aqui um elogio público aos Senhores Presidentes de Junta, porque se é verdade que nalgumas coisas batem com frequência à porta da Câmara para obter financiamento para isto ou por aquilo em relação a esta questão, sou eu próprio que várias vezes pergunta aos Presidentes de Junta: “Então vocês não precisam de dinheiro para a questão da alimentação?”. Isto porque todas as Freguesias hoje têm um banco alimentar e têm que o abastecer. Obviamente que, o banco alimentar nacional e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

outras instituições também fornecem, digamos, fazem algumas doações às Freguesias. Não sei se são todas, mas algumas têm essa possibilidade. E, portanto, a Câmara Municipal está disponível e eu muitas vezes digo aos Presidentes de Junta, por exemplo, a Presidente da Junta da União de Freguesias de Oeiras, já terá utilizado cerca de vinte mil euros do orçamento da própria Freguesia. Portanto, obviamente, isto também é a demonstração clara de que os nossos Presidentes de Junta não querem o dinheiro por querer. E, portanto, basta que os seus orçamentos tenham essa disponibilidade e afetam-no justamente àquilo que é necessário. A Câmara Municipal, penso eu, tem a obrigação de não tendo as Freguesias receitas próprias que garantam, digamos, a possibilidade de fazer esse apoio, que a Câmara Municipal atribua. É essa a garantia que nós damos. Devo dizer que nem todos os presidentes de câmara, têm o privilégio de poder fazer esta afirmação que eu faço: “não queremos que ninguém passe fome neste Concelho” e se alguém tem conhecimento que isso se verifica, é identificar a família e canalizá-la para o local próprio. -----

----- Não que diz respeito ao problema do Plano Contra o Desperdício Alimentar, eu não sei se percebi bem, se tem a ver com a transformação que nós pretendemos também introduzir em vez do cabaz, estamos a procurar criar um cartão, aliás, já foi aprovado pela Câmara. Um cartão recarregável e, portanto, em vez de se dar o cabaz à família, dá-se o cartão e a família vai fazer compras dentro de um leque, digamos, de um conjunto de produtos que pode adquirir através do cartão. É claro que não vai poder adquirir através do cartão uísque ou tabaco ou outras coisas. Naturalmente... eu estou a dizer isto, reparem, não é por ironia, estou a falar muito a sério. Há pessoas que suspeitam de tudo e que dizem mal de tudo e quando se trata

deste tipo de ajudas, se for preciso dizem: “Agora o cartão... vão gastar o dinheiro naquilo que eles querem”. Não, o cartão define ali, tipifica os produtos que podem ser adquiridos e a pessoa só pode comprar aquilo. E, portanto, compra aquilo que é a base alimentar essencial para essa família, uma cesta básica. -----

-----Nós tivemos muita dificuldade em montar isso, ainda não está a funcionar, porque havia aqui problemas de legalidade. Nós inicialmente, pensávamos num cartão, com o qual as pessoas poderiam ir fazer as compras na mercearia mais próxima, no supermercado mais próximo. E, isso implicava o quê? Vejam bem, a lei, às vezes é absurda, teríamos que fazer um concurso público e vejam bem, não podemos fazer o concurso público só para as mercearias e supermercados de Carnaxide. Não podemos, é ilegal e, portanto, o que é que acontece, a dada altura estava tipo Vila Franca de Xira, a fazer um investimento em Carnaxide. Como veem há coisas que a lei nos impede de fazer. Então, mais tarde, lá descobrimos que, afinal, fazíamos um concurso para o cartão. Na realidade, nós agora há uma empresa, com certeza, uma financeira qualquer que vende cartões. E, portanto, nós pagamos à empresa financeira que emite o cartão, que o recarrega e a Câmara paga a essa empresa e o cidadão pode ir fazer a compra dos produtos, numa gama de lojas, com certeza, que possa servi-lo. Penso que é em várias lojas... mas há um grupo de lojas onde as pessoas podem ir fazer as suas compras. As Juntas já têm a funcionar? Então, mas o problema é este... as Juntas às vezes fazem milagres, às vezes, o que é legal para a Junta não é para a Câmara, há esse problema também. Mas seja como for, não sei se quando falaram de desperdício alimentar, se estava a referir-se a esta questão, mas se é isso, de eventualmente as pessoas poderem fazer algum desperdício, o cartão vai permitir... por exemplo, eu recordo que há uns anos atrás, havia o chamado pacote da CEE, da União Europeia e então a uma família eram lhe dados, de uma vez, quinze quilos de arroz e a família tinha que levar os quinze quilos de arroz. Isto é irracionável porque a dada altura o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

arroz também se estraga, a não ser que a pessoa coma arroz ao almoço e ao jantar durante um mês ou dois seguidos e isso também enjoa, embora os chineses comam arroz todos os dias, mas é também uma questão de cultura. Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente, pelos esclarecimentos que nos deu. -----

----- No entanto, há uma dúvida que para mim se mantém e tem que ver com a forma como a informação está construída. Para mim, a informação é pouco clara. Isto porque, na informação nós temos, a certa altura, no último parágrafo da página três, diz que há um critério para a determinação do valor de comparticipação financeira que se deve ao número de pessoas abrangidos pelas atuais respostas alimentares em cada União e descreve para cada Freguesia o número de pessoas que foram apoiadas, dizendo que, em Algés foram, por exemplo, setecentas e cinquenta e quatro e Barcarena duzentas e oitenta e três, não tem nada a ver, não é a questão da Freguesia nem do número. -----

----- Depois mais à frente na proposta, o que nós encontramos é que o valor é atribuído por intervalo de pessoas a apoiar. Ora, se em Barcarena são apoiados duzentas e oitenta e quatro pessoas, significa que o valor por pessoa é de trinta e cinco euros. Se em Algés, são setecentas e não sei quantas pessoas, significa que o valor por pessoa são dezasseis euros e meio.-----

----- A pergunta que nós fizemos é muito clara. O valor que é atribuído pelas Juntas de Freguesia é ou não é igual, ou seja, há ou não há justiça, na forma como este subsídio é atribuído a cada um dos cidadãos? A nossa dúvida é esta, é se há ou não há uma atribuição

equilibrada do valor. Eu compreendo que o número de famílias seja diferente. Compreendo que o número de famílias e o número de pessoas seja diferente em cada uma das Freguesias, aí não há questões. A minha questão é, o valor é ou não é igual para cada uma das pessoas. Muito obrigado.”- -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O Senhor Presidente quer responder já ou quer deixar...”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Eu penso que a proposta é claríssima e responde àquilo que está a dizer. Como disse, há aqui um acerto de contas entre a Câmara e as Freguesias e o cálculo é feito em função do número de pessoas a apoiar, mas por uma questão de variedade, até quinhentas pessoas, são dez mil euros. Entre quinhentas e mil, são doze mil e quinhentos, que é atribuído agora. Teoricamente, se forem mil pessoas deviam ser vinte mil euros. Se até quinhentas são dez mil, mas se forem apenas cem são os mesmos dez mil. Se forem quinhentas são dez mil, mas se forem quinhentas e uma já são doze mil e quinhentos. -----

-----É simples, porque nunca se sabe exatamente...o número de pessoas nunca é rigoroso, as pessoas variam todos os dias. Por exemplo, quando fizemos esta proposta eram duzentas e oitenta e três em Barcarena, hoje podem ser quatrocentas, de dia para dia isto varia. E, portanto, dá-se aqui uma margem, isto é um adiantamento e reparem, visto bem as coisas, isto é um adiantamento que se dá às Freguesias, não passa disso. É um adiantamento e as Freguesias ou gastam todo ou não gastam. E, como foi aqui dito se daqui a quatro meses ou cinco se esgotou o dinheiro, na Freguesia “a” ou na “b” ela vai receber um outro tanto e vai fazendo o acerto de contas com a Câmara, é tão simples quanto isso. Nós não podemos ser tão perfeccionistas e tão rigorosos... quer dizer, damos para duzentas e oitenta e três, mas amanhã, suponham que só tinham cento e cinquenta, amanhã têm duzentas, o dinheiro já não chegava.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Se fosse rigorosamente para as pessoas que neste momento concreto precisam de apoio. Entendam que se trata de um adiantamento. Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo)** disse o seguinte: -- -----

-----“A Doutora Teresa Bacelar, sabe bem aquilo que tem acontecido em Porto Salvo. Nós chegámos a um ponto que não podíamos ajudar mais, não podíamos pagar mais e então todas as famílias que nos últimos tempos nos chegam e nos batem à porta semanalmente e, algumas vezes diariamente, nós no próprio dia encaminhamo-la e às vezes até vamos lá levar as pessoas para que a Câmara as ajude naquele dia ou no dia seguinte, porque não temos verbas, nós não temos meios. E, portanto, isto é para resolver esse problema.-----

----- Outra coisa muito importante é que, às vezes, aparecem-nos famílias e nós temos de fazer um FES e este leva, um, dois três, quatro dias, passa para um lado, passa para outro, para ser aprovado e para ser analisado, quando nós sabemos claramente que aquela família não tem jantar, aquela família não tem almoço e se nós tivermos esta verba, a família tem almoço no dia e tem jantar no dia. Muito obrigado, Senhor Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

-----“Meus senhores, não sei se estão esclarecidos, mesmo a Senhora Deputada Carla Santos (CH), talvez dizer na sua instituição como se processa, qual o procedimento a fazer, não há necessidade de haver famílias não apoiadas. Podemos votar esta proposta?”-----

4.3.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por

unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), dois do Partido Social Democrata (Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (João Bruno Canelas Cascão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).----

-----Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Isaltino Inovar Oeiras e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 91/2022** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 496/22 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DAS UNIÕES DE FREGUESIA/JUNTAS DE FREGUESIAS PARA APOIO ALIMENTAR** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e noventa e seis barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número cinquenta e cinco da Reunião da Câmara Municipal, realizada em oito de junho de dois mil e vinte e dois e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, às Juntas de Freguesia das Uniões de Freguesia/Juntas de Freguesia, para aquisição de produtos alimentares para resposta a situações de carência alimentar de acordo com o número de pessoas abrangidas, considerando os seguintes limiares: -----

-----Até quinhentas pessoas apoiadas - dez mil euros; -----
-----Entre quinhentas e mil pessoas apoiadas - doze mil e quinhentos euros; -----
-----Mais de mil pessoas apoiadas - quinze mil euros. -----
-----Juntas de Freguesia das Uniões de Freguesia/Juntas de Freguesia -
Comparticipação: -----
-----Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - doze mil e quinhentos euros; ----
-----Barcarena - dez mil euros; -----
-----Carnaxide e Queijas - quinze mil euros. -----
-----Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - quinze mil euros. -----
-----Porto Salvo - dez mil euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do
Município traduzido naquela deliberação. -----
-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte
da ata.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 498/2022 – DCS – relativa aos acertos relativos ao processo de participação financeira às Juntas das Uniões de Freguesia e Freguesias para funcionamento dos estabelecimentos de infância – 4.º trimestre de 2021 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A **Senhora Deputada Marta Carolo (PS)** referiu o seguinte: -----
-----“A proposta de deliberação que estamos a analisar, trata de uma participação financeira para o acerto do pagamento dos vencimentos dos funcionários da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras e do Centro Paroquial e Social de Oeiras. -----
-----Sendo esta uma proposta recorrente, dada a necessidade de proceder ao ajuste dos salários, por razões de todos conhecidas, o Partido Socialista reitera a sua disponibilidade para,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desta forma, garantir um serviço digno e socialmente relevante para a sociedade através deste acerto. Os profissionais de educação, todos eles são essenciais para garantir a construção de uma sociedade de conhecimento e de inovação mais justa e equilibrada. Lembramos que, à data do contrato destas funcionárias, o seu vencimento era ditado pela tabela salarial das IPSS.-----

----- Quando celebrado o protocolo da transferência da gestão destes estabelecimentos de infância, o Município de Oeiras, tal como a generalidade dos municípios do país, assumiu o compromisso de compartilhar a diferença salarial para a tabela da função pública. O Partido Socialista, uma vez mais irá votar a favor desta proposta.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte:-----

----- “O Grupo Evoluir Oeiras, votará favoravelmente esta proposta, mas não gostaríamos de deixar passar a oportunidade de referir que os anexos que foram enviados para análise desta proposta, neles constam as declarações de todas as cinco Freguesias, os anexos da declaração de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária. Portanto, temos cinco anexos de cada uma das Juntas referente à declaração da Autoridade Tributária e cinco declarações relativamente à Segurança Social. Ora todas elas se encontram expirada e fora de prazo. Portanto, algumas expiradas em abril, em janeiro, em março, etc. Portanto, solicitávamos que no futuro, numa futura oportunidade, ocorresse mais rigor na validação desta documentação enviada aos Deputados Municipais, uma vez que esta proposta de deliberação já passou por outras etapas anteriores, antes de aqui chegar. E, hoje, votaremos uma proposta de financiamento cumprindo uma decisão anterior desta Assembleia, de atribuir esta participação, mas a certeza de que estamos a votar uma proposta com atribuição de uma

comparticipação financeira às Juntas de Freguesia e que as mesmas não têm nenhuma dívida, nem à Segurança Social, nem à Autoridade Tributária, deve ser assegurada aos Deputados Municipais. E, por isso, nesta proposta, isso faz-se apenas utilizando os anexos da proposta anterior, da proposta três que acabámos de votar e lá sim, à exceção da Declaração da Segurança Social da UFOPAC todas estão válidas. Portanto, só deixar este alerta de que na próxima ocasião isto seja verificado. Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Estão válidas as declarações?”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** respondeu dizendo o seguinte: -

-----“Não, as que estão em anexo a esta proposta não estão válidas.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Mas estão as outras da proposta...”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte:-----

-----“As da proposta três, mas não consideramos, que seja certo, não é? Se estão em anexo a esta proposta devem estar corretas. Obrigada.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Obviamente que quando a Câmara aprova a deliberação, as certidões têm um determinado período de validade. Entre o momento em que vem à Assembleia Municipal, etc., as certidões caducam. Quando a Câmara pagar, tem que estar válida, porque caso contrário não paga, é tão simples quanto isso. Têm que estar válidas no momento em que a Câmara paga. Senão andamos aqui a pedir certidões a toda a hora. No momento em que a deliberação é aprovada junta-se os documentos, a certidão está válida, depois deixa de estar, passou o prazo. A tesouraria da Câmara não pode pagar sem ter lá a certidão, é tão simples quanto isso. Não é aqui na Assembleia Municipal que se vai aferir isso. Não é relevante, não tem qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relevância. Até porque, se a Câmara pagar a sanção não é para a Assembleia Municipal, é para o Presidente da Câmara, para os vereadores e para o Diretor Financeiro. E, portanto... sim, mas é para todos, não é para quem tem o pelouro. É para o Presidente, é para os vereadores, é para o Diretor Financeiro, todos pagam. Obviamente que, a Direção Financeira, sabe muito bem que não pode pagar sem ter lá a certidão.”-----

4.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Marlene Braz Rodrigues, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), dois do Partido Social Democrata (Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de

Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (João Bruno Canelas Cascão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 92/2022**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º. 498/22 - DCS - ACERTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS JUNTAS DAS UNIÕES DE FREGUESIA E FREGUESIAS PARA FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE INFÂNCIA - 4.º TRIMESTRE DE 2021**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quatrocentos e noventa e oito barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número cinquenta e sete da Reunião da Câmara Municipal, realizada em oito de junho de dois mil e vinte e dois e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de participações financeiras à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, uma vez que há valores em défice face ao montante atribuído para o quarto trimestre de dois mil e vinte e um: -----

----- Junta de Freguesia das União de Freguesias e Juntas de Freguesias - Valor:-----

----- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas - catorze mil oitocentos e setenta e seis euros e oitenta cêntimos;-----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - nove mil novecentos e vinte e oito euros e sessenta e nove cêntimos;-----

----- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - seis euros e quarenta e quatro cêntimos.-----

----- A reposição, por parte da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, do valor de oito mil cento e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos, uma vez que há valores pagos em excesso, face ao montante atribuído para o quarto trimestre de dois mil e vinte e um, conforme proposto pelo Órgão Executivo do

Município traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Devo dizer que o nosso Segundo Secretário saiu da Mesa precisamente para não votar esta proposta. Não pode, não deve votar.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. Nº. 513/2022 – DRU – relativa à AUGI de Leceia, fase 5 – redução de taxas de urbanização e isenção de custos de infraestruturas (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----O **Senhor Deputado Rui Nascimento (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“O Partido Socialista acompanha o Executivo da Câmara no Plano de Ordenamento e Reconversão de Leceia, para a regularização da AUGI ali existente. -----

-----É um dos assuntos que tem merecido a atenção do Partido Socialista e acompanhamos a necessidade de reconversão daquela área, com a construção das infraestruturas previstas e descritas na atual proposta de deliberação.-----

-----No entanto, esta proposta levanta-nos algumas questões.-----

-----Esta fase está, segundo a proposta, prevista finalizar em junho de dois mil e vinte e dois. Estando nós em junho, esta previsão mantém-se ou há atrasos?-----

-----Caso esteja a decorrer algum atraso na obra para quando está previsto o término da mesma?-----

-----A segunda pergunta é se a atual fase - a fase cinco - é a última fase para a regularização da AUGI de Leceia? -----

-----Em terceiro lugar, do ponto de vista administrativo, a proposta deveria integrar um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mapa que clarifique o tamanho de cada uma das parcelas, o valor da taxa e o valor do respetivo desconto, dos cinquenta por cento que se fala na mesma.-----

----- Como está elaborada, esta proposta, para nós, não se encontra bem construída, pelo que solicitamos esclarecimento relativamente a cada uma destas questões.”-----

----- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** disse o seguinte:-----

----- “Queria saber quais são os motivos, as razões, para esta redução/isenção destas taxas. Qualquer contribuinte que compra uma casa, um lote, paga os seus impostos. Não consigo aqui perceber o porquê desta isenção/redução.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Se a obra está pronta em julho, nunca arriscaria. Não faço ideia, porque nenhum empreiteiro hoje, está a cumprir prazos. É a falta de pessoal, é a falta de materiais, é isto, é aquilo e, portanto... ali o Senhor Deputado António Caro (IN-OV) é que deve saber, ele fiscaliza aquilo todos os dias, ele mora lá, de maneira que deve saber. Mas acho que está em bom andamento.-----

----- E aqui está um bom exemplo, que os arautos das ruas com passeios, deviam verificar, por exemplo, o Bairro de Leceia, não só estão as ruas a ser devidamente construídas, como estão a ser dotadas de passeios. Por exemplo, a estrada que passa junto às grutas, tem passeio com dois metros e tal. Portanto, passeios ótimos, passeios largos, as ruas em Leceia e, portanto, está noutra estadia de evolução. Portanto, já está a ser legalizada e aí, já há passeios. De maneira que, recomendo a quem fala das ruas sem passeios que vão ver uma AUGI, em fase de legalização.-----

-----Relativamente aos cinquenta por cento de redução nas taxas. Eu, neste momento, não faço ideia de quanto é que é a taxa, mas poderei informar a Assembleia Municipal dessa matéria. Parte-se do princípio que, desde o Presidente da Câmara a todos os deputados deviam conhecer a Tabela de Taxas e Licenças. Está lá tudo, é só ler, o famoso RPATOR, tem lá tudo, mas eu vou mandar. -----

-----Relativamente, ao porquê, perguntou a Senhora Deputado do Chega, desta redução. É muito simples. De uma forma geral, as pessoas que compraram lotes nestas zonas, na realidade não compraram lotes, compraram avos indivisos, que só depois com o processo de legalização, é que transformam os avos em lotes. E, muitos destes avos indivisos foram comprados nos anos sessenta/setenta, de oitenta haverá muito pouco. E, muitas destas pessoas compraram-nos com muita dificuldade. E, portanto, para resolver o problema uns foram mais ousados e construíram as casas sem licenças. E, agora, a Câmara tem que, de acordo com o RJUE tem que ver se as casas correspondem e algumas casas que, eventualmente, não obedecem ao Regulamento e, se calhar, tinha que se deitar abaixo uma parte da casa ou porque tem mais área de construção ou porque tem ali um problema qualquer ao nível da salubridade. E, portanto, tenta-se encontrar, realmente, a melhor solução, mas com algum critério de prudência e alguma tolerância. Tolerância que a própria lei permite, atenção, que considera isso, caso contrário, se fosse a demolir era um problema. Portanto, uns construíram e outros não construíram, estiveram à espera que a situação fosse devidamente legalizada. E, portanto, esses que construíram tiveram taxas e pagaram taxas, porque houve uma altura em que a Câmara aceitava, apesar de não legalizar a casa aceitava as taxas e estabelecia a respetiva redução. --- -----

-----Portanto, como a legalização é feita, por plano e por loteamento, há uns que estão resolvidos e há outros que não estão e estamos aqui a tratar da última fase. E, portanto, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

faria sentido, não os tratar de maneira igual, quer dizer, uns pagavam e outros não pagavam.----

-----Por outro lado, digamos que esta situação só começa a suscitar alguma dúvida agora. Agora, começa a suscitar alguma dúvida, porquê? Porque é óbvio que, à medida (a Pedreira Italiana é um bom exemplo) que se legalizam esses bairros, quem não viva lá, nem precisa viver porque esteve quarenta anos à espera, e durante quarenta anos não resolveram o problema, comprou casa noutra lado, etc., agora é para os filhos e o terreno valia “x” nessa época e agora valorizou-se muito. Pode haver algumas pessoas que vendam o terreno, por exemplo e vão ganhar dinheiro e pode-se dizer: “Então ainda por cima têm isenção de taxas”. Pois, mas nós temos que tratar todos por igual. Não podemos estar a definir agora: aquele vive bem, correu-lhe bem a vida, trabalhou, paga a taxa, o outro que é mais pobre não paga. Portanto, o critério da Câmara Municipal de Oeiras, desde mil novecentos e oitenta e sete, pelo menos, é o de isenção a cinquenta por cento em todos os bairros de génese ilegal e isto para quê? Se há pessoas, que realmente podem pagar, não tenho dúvidas, há pessoas que podiam pagar, mas ainda há muita gente que tem dificuldade em pagar. E, portanto, é também um incentivo, à legalização. De maneira que, é este o fundamento.-----

-----Naturalmente que, quem tenha comprado recentemente... por exemplo, hoje há lotes à venda em Leceia, que custam cento e cinquenta mil euros ou até mais. Provavelmente, há dez anos, eram uns trinta ou quarenta mil. Naturalmente, com a legalização ainda vai subir mais. Mas, é indiscutível, não tínhamos a ilusão que as pessoas que vivem, por exemplo, no Bairro da Pedreira Italiana, que conheço bem, porque, foi o primeiro que nós recuperámos. O Bairro da Pedreira Italiana hoje tem lá casas entre os setecentos e cinquenta mil e um milhão de

euros. Mas a verdade é esta, a maioria das pessoas que vive na Pedreira Italiana, são pessoas, são famílias com muitas dificuldades, que, se calhar, o maior património que têm é a casa, agora. Mas se forem vender a casa, ficam numa situação, têm aquela casa que pode valer dinheiro, mas não a podem vender, porque comprar noutro lado ainda é mais cara. -----

-----Portanto, acho que está mais do que justificado, porque continuamos a falar de famílias que, de alguma forma, continuam a ter dificuldades.”-----

4.5.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), dois do Partido Social Democrata (Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (João Bruno Canelas Cascão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com um voto contra do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos). ---

----- Os Senhores Deputados Domingos Ferreira Pereira dos Santos e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 93/2022** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 513/22 - DRU - AUGI DE LECEIA, FASE 5 -
REDUÇÃO DE TAXAS DE URBANIZAÇÃO E ISENÇÃO DE CUSTOS DE
INFRAESTRUTURAS** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e treze barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número setenta e um da Reunião da Câmara Municipal, realizada em oito de junho de dois mil e vinte e dois e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social

Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com um voto contra do Partido Chega, aprovar que na emissão do alvará de loteamento para a Fase Cinco do Plano de Leceia, seja prevista apenas a redução em cinquenta por cento do valor de todas as taxas a pagar pelos respetivos comproprietários decorrentes da operação de reconversão em apreço, bem como a isenção de comparticipação nos custos de infraestruturas, tendo por base situações análogas já praticadas nesta e outras AUGI, de forma a viabilizar a reconversão urbanística, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º. 515/2022 – GAF – relativa à atribuição de comparticipação financeira às Juntas de Freguesia das Uniões de Freguesias/Juntas de Freguesias para despesas inerentes às Festas de 2022 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Deputada Marta Carolo (PS) disse o seguinte: -----

-----“Estamos neste ponto a apreciar e votar a atribuição financeira de dez mil euros, às Juntas e Uniões de Juntas de Freguesia do nosso Concelho para despesas inerentes às Festas de dois mil e vinte e dois. Pelo país inteiro, de norte a sul multiplicam-se as festas populares e os bailaricos. Na mais pequena aldeia à capital de distrito, enfeitam-se ruas, contratam-se artistas pimbas e assam-se sardinhas. Mesmo quando a origem é religiosa, o povo encarrega-se de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transformar o evento em celebração, são centenas espalhadas por montes e vales e Oeiras, não é exceção. O reencontro das famílias e dos amigos também se faz nestes espaços que, acima de tudo é um espaço de pertença a uma comunidade e por essa razão deve ser acarinhado por todos.-----

----- O Partido Socialista acompanha esta proposta pelo interesse dos munícipes e pelo impacto desta atividade também nas várias associações culturais do Concelho.”-----

----- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** referiu o seguinte:-----

----- “Relativamente a esta proposta gostaria de fazer duas perguntas. -----

----- A primeira, é porque é que a verba é a mesma, sendo o investimento das Juntas diferente. Saber se as Juntas foram ouvidas e se este valor cobre as necessidades. Obrigada.” ---

----- A **Senhora Deputada Bárbara Silva (Presidente da J.F. Barcarena)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação à pergunta que a Senhora Deputada colocou, o espaço físico de Barcarena para a Festa, para mim é um espaço enorme e, desde já, convido todos a estarem presentes neste fim de semana, mas, na realidade, não se pode concessionar o mesmo espaço, como outras Freguesias têm para o fazer. Neste caso, a Junta terá que ter uma verba maior, no papel pode não se conseguir ter essa perceção, mas não podemos ter os mesmos carrosséis que outras Freguesias têm e esses carrosséis são sempre forma de pagamento quando se adjudica uma festa. Há sempre esse poder de negociação, há sempre o reverso e aí a negociação é maior. No caso de Barcarena, temos também uma empresa que trabalha connosco que será a Traseventos, mas não temos espaço para lhes disponibilizar, para que eles possam ter uma

receita que não seja a Junta a suportar, vamos chamar assim. Portanto, nesse sentido, dez mil euros... eu até gostava que fosse um bocadinho mais, mas, desde já agradeço ao Senhor Presidente e ao Executivo e peço a todos que me ajudem a fazer a minha primeira festa. Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Vai correr tudo bem. Mais alguém pretende intervir sobre este ponto.”-----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Aqui mais uma vez, parece que, já a meio das Festas é quando nós somos consultados para deliberar alguma coisa.”-----

4.6.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Marta Sofia da Encarnação Inácio Carolo), um do Partido Social Democrata (Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (João Bruno Canelas Cascão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes) e com um voto contra do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos). -----

----- Os Senhores Deputados Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 94/2022** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 515/22 - GAF - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DAS UNIÕES DE FREGUESIA/JUNTAS DE FREGUESIAS PARA DESPESAS INERENTES ÀS FESTAS DE 2022** -- -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e quinze barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número setenta e

três da Reunião da Câmara Municipal, realizada em oito de junho de dois mil e vinte e dois e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo e com um voto contra do Partido Chega, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de cinquenta mil euros às Juntas de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, Junta de Freguesia de Barcarena e Junta de Freguesia de Porto Salvo, para as despesas inerentes às festas a realizar pelas mesmas no ano de dois mil e vinte e dois, que serão repartidos da seguinte forma: -----

----- Junta de Freguesia da União de Freguesias/ Junta de Freguesia - Montante:-----

----- Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - dez mil euros; -----

----- Barcarena - dez mil euros;-----

----- Carnaxide e Queijas - dez mil euros; -----

----- Porto Salvo - dez mil euros;-----

----- Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - dez mil euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Não houve intervenção do público.-----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu dizendo o seguinte: -----

----- “Chegámos ao fim dos nossos trabalhos, hoje não temos ninguém do público inscrito e, portanto, terminamos assim a nossa reunião. Muito obrigada a todos pela vossa presença e a todos os que nos acompanham também em suas casas. Boa noite para todos e boas festas. Uma boa noite a todos os Senhores Deputados e a quem nos acompanhou online.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e quinze minutos.-----

----- Para constar se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa.-----

-----A Presidente,-----

-----O Primeiro Secretário,-----

-----O Segundo Secretário,-----

